



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais

Curso de Ciências Econômicas

Priscila Pozzeschi Koulouris

**CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 2005 A
2013: Consumo versus Investimento**

**Belo Horizonte
2015**

Priscila Pozzeschi Koulouris

**CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 2005 A 2013:
Consumo versus Investimento**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Ário Maro de Andrade

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Curso de Ciências Econômicas

Monografia apresentada ao Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

**CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 2005 A 2013:
Consumo versus Investimento**

RESUMO DAS AVALIAÇÕES:

- | | |
|----------------------------|-------|
| 1. Do professor orientador | _____ |
| 2. Da banca examinadora | _____ |
| 3. Nota final | _____ |
| Conceito | _____ |

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me ajudar a vencer mais esta etapa de minha vida.

Aos meus pais, Vania Maria Pozzeschi e Paulo Aguiar Koulouris pelo amor, por todo auxílio prestado ao longo do curso, cooperando para a realização desse sonho.

Aos amigos que colaboraram para eu chegar até aqui e para a realização desta monografia.

Ao Célio, pela paciência, pelo carinho e por todo o auxílio em todas as etapas do curso, sempre torcendo pela minha conquista e vitória.

Aos meus professores, sobretudo ao meu orientador Ário Maro, que me ajudou muito na elaboração e estruturação desta monografia e colaborou para minha formação profissional.

RESUMO

Viu-se na década de 2000 a evolução da capacidade do Brasil na geração de empregos, aumento do nível de renda das famílias, expansão e melhora na cesta de bens e serviços consumidos pela sociedade e redução das desigualdades sociais. Todos esses fatores foram relevantes para o crescimento do país à época. Esta monografia discute as principais medidas tomadas pelo governo que desencadearam o crescimento econômico, ressaltando algumas estratégias e conceituando alguns agregados macroeconômicos. Além disso, define e ressalta a dinâmica das políticas, seus efeitos e aponta os resultados dessa dinâmica para o país.

Palavras-chave: Economia brasileira. Crescimento econômico. Consumo.

ABSTRACT

Has been seen in the 2000`s decade, an evolution of Brazil capacity to generate jobs, increase of income levels of the families, expansion and better consumption basket for society and reduction of inequalities. All these facts were important to the country's growth. This monography talk about the main measures did by government as promoted the country's growth, describing some strategies and conceptualizing some macroeconomic aggregates. It also defines and describes the dynamic of politics, his effects and point the results of this dynamic to the country.

Keywords: Brazilian Economic, Economic Growth, consumption

LISTA DE SIGLAS

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento

BACEN – Banco Central do Brasil

COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

DA – Demanda Agregada

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FMI – Fundo Monetário Internacional

GSF – Gasto social federal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPI – Imposto de Produtos Industrializados

PAC – Programa de Aceleração de Crescimento

PIS – Programa de Integração Social

PIB – Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 ESTRATEGIAS DE CRESCIMENTO: CONSUMO VERSUS INVESTIMENTO.....	13
2.1 Considerações iniciais sobre alguns agregados Macroeconômicos	13
2.2 Estratégias de Crescimento	19
3 INSTRUMENTOS DE POLÍTICA ECONOMICA	26
3.1 Política Fiscal	27
3.2 Política Monetária	29
3.3 Política Cambial.....	31
4 ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 2005 A 2013	33
4.1 Transformações no Período Oriundo das Políticas Econômicas adotadas pelo Governo Lula	33
4.2 Sustentabilidades das Políticas Econômicas e Desequilíbrios no Longo Prazo	45
6 CONCLUSÃO.....	47
REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

O consumo é uma variável importante no estudo da Economia, pois suas variações impactam outras variáveis macroeconômicas, tais como: investimento, gasto do governo e poupança. Considerado por alguns autores como um dos instrumentos mais eficazes de combate à recessão, o consumo tem papel relevante no crescimento econômico, o que justifica seu estudo na direção de se evidenciar as mudanças no padrão de dispêndio brasileiro nos últimos 10 anos, aponta Palombo (2011).

Keynes em seus estudos, buscou relacionar o consumo e a poupança à renda. Denominou de propensão a consumir e propensão a poupar os parâmetros que traduzem essa relação do consumo e da poupança enquanto funções da renda. Em uma passagem de seu trabalho, Palombo (2011) nos mostra:

A moderna análise do consumo, iniciada por Keynes, sugeria uma relação de dependência entre consumo e renda de um indivíduo, que tende a poupar a diferença entre a sua renda e os seus gastos. Keynes mostra que um aumento na propensão marginal a consumir resulta no crescimento da demanda agregada. Visto que a decisão de produção dos empresários dependem das expectativas em relação à demanda, há uma elevação no nível de produto e de emprego da economia. (PALOMBO, 2011, p.02).

No Brasil, as décadas de 80 e 90 foram marcadas pela desvalorização da moeda nacional. Este processo determinou dura perda de poder de compra, com o aumento contínuo do nível geral de preços caracterizado, em momento posterior, como um movimento hiperinflacionário, alcançando patamares equivalentes a 2000% ao ano, na virada da década de 80 para 90, segundo Palombo (2011).

“O começo da década de 80 foi marcada pelo controle da demanda agregada através do aumento das taxas de juros e cortes nos gastos do governo” (PALOMBO, 2011 p.06). Assim sendo, o impacto da inflação na renda das famílias, principalmente aquelas que têm salário fixo, provocou queda do poder aquisitivo, aumentando sua restrição orçamentária.

No segundo semestre de 1985, a economia brasileira se viu em uma situação de acentuada aceleração da inflação, em especial após a adoção de medidas econômicas de natureza ortodoxa ao longo do segundo semestre daquele ano. Os formuladores da política econômica, após frustradas tentativas de controle da economia via utilização de instrumentos ortodoxos clássicos de políticas monetária e fiscal, concluíram então que a inflação brasileira havia se tornado “puramente inercial” (SANTOS, 2011, p.07).

Assim, em meados da década de 80, na busca de se estabilizar a economia, foi introduzido, em 1986, o Plano Cruzado que fracassou na tentativa de controlar a inflação através da política de congelamento de preços e de desindexação da economia. Neste período, a combinação de taxas de juros reais negativas e a valorização cambial causaram uma explosão do consumo, aponta Palombo (2011).

Nos anos subsequentes, na tentativa de implantação de outros planos, acelerou-se o processo inflacionário, além de introduzir “fortes oscilações nas taxas reais de câmbio e de juros, instabilidade da atividade econômica e aumentos de concentração na distribuição de renda”. (REIS et al apud PALOMBO, 2011, p. 07)

Outro fator a contribuir para a aceleração do processo inflacionário foi a necessidade de financiar a dívida pública, pois o desequilíbrio do setor público ampliava a emissão demasiada de moeda, acima das necessidades reais da economia, afirma Milani (2011).

Em 1994, entrou em vigência o Plano Real, que obteve um relativo sucesso no combate à inflação permitindo, posteriormente, a retomada no crescimento econômico. “Apesar das taxas de juros reais elevadas, foi observado um boom do consumo das famílias, relacionado tanto com a redução das incertezas macroeconômicas e também da expansão do endividamento privado”. (REIS et al apud PALOMBO, 2011, p.07)

Algum tempo depois, segundo Palombo (2011) ainda na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) surgiram os programas de transferência de renda que tiveram importante papel no crescimento econômico do país. O intuito destas políticas era de inclusão social, buscando combater a pobreza por meio de transferências diretas às famílias. Porém, esses

programas só foram mais bem estruturados na gestão seguinte, do presidente Luis Inácio Lula da Silva.

No período do governo Lula (2003-2011), observou-se retomada do crescimento econômico. O produto interno bruto (PIB) cresceu significativamente, com média em torno de 4,2% ao ano, praticamente o dobro do registrado no período anterior, segundo Curado (2011).

Fabiani (2012) aponta que este crescimento se deu com base nos princípios da teoria keynesiana, em que o governo interviu na economia buscando estimular a demanda.

Teixeira e Pinto (2012) apontam como principais características do período e da gestão da política econômica a adoção de medidas voltadas à ampliação do crédito ao consumidor e ao mutuário; o aumento real no salário mínimo; a adoção de programas de transferência de renda direta; a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); e ampliação da atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES na direção do estímulo ao investimento público e privado. Essas ações se caracterizaram como medidas anticíclicas de combate à crise internacional a partir de 2009.

As baixas taxas de juros influenciaram o crescimento econômico e proporcionaram o aumento dos investimentos pelas empresas, segundo Fabiani (2012), já que no ano de 2010 registraram-se taxas de 10,66%, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014).

Outro indicador importante na análise conjuntural desse período foi o processo de convergência entre a inflação efetiva e a meta de inflação colocada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Em todos os anos a inflação esteve próximo da meta, se analisado dentro dos limites inferiores e superiores, exceto no ano de 2003, indica Curado (2011).

Em 2009, a economia foi marcada pela crise financeira internacional. O PIB apresentou variação de 0,6% negativa. Temendo o impacto no mercado doméstico, o Banco Central tratou de elevar as taxas de juros, ficando em média 13,66% ao ano, conforme apontou Fabiani (2012). No ano seguinte, reduziu consideravelmente estas taxas para o patamar de 8,65%, conforme mostrou Pires, citado por Fabiani (2012 p. 31). Não obstante, em 2010 o boletim FOCUS do Banco Central já registrava retomada do crescimento com taxas superiores a 7% a.a, aponta Curado (2011).

Segundo Curado (2011), a economia foi marcada por um crescimento do consumo, com uso de políticas econômicas expansionistas, sinalizado por baixas taxas de juros e desemprego, com mudanças significativas na distribuição de renda.

Porém, o que se observou alguns anos depois, principalmente em 2013, foi um desequilíbrio em indicadores distintos, da balança comercial às contas públicas, da produção industrial à inflação e o crescimento econômico, segundo a Agência e Estado (2013). O crescimento dos índices de inadimplência, taxas de investimento modestas, câmbio sobrevalorizado e a piora do cenário externo levantam dúvidas sobre a sustentabilidade do modelo de crescimento através do consumo, indica Benemondi (2012). Segundo Messenberg (2013), este modelo pressupõe uma estreita relação entre aumento da demanda e aumento do investimento. No entanto, o que se viu, não parece corroborar com essa hipótese.

Segundo Amorim (2014) a expansão do consumo de massas é benéfica em termos econômicos e sociais. Porém, a demanda não deve ser estimulada como única base de crescimento econômico. Se um país só estimula o consumo e não estimula a produção, acaba acontecendo um desequilíbrio entre crescimento da procura por produtos e serviços e crescimento menor da oferta destes produtos e serviços. Em virtude da ênfase na estratégia de crescimento via consumo, a economia brasileira começou, a partir de 2011, a apresentar uma situação de relativa impotência em relação às políticas econômicas implantadas, sofrendo restrições à manutenção dos níveis de crescimento de seu produto, bem como apresentando pressões latentes de uma inflação reprimida, segundo Messenberg (2013).

Assim sendo, o objetivo geral desse trabalho monográfico é analisar o papel das políticas macroeconômicas, em especial a fiscal, a monetário-creditícia e cambial, na implantação da estratégia de crescimento via aumento do consumo no período de 2005 a 2013.

Para alcançar o objetivo proposto nesse trabalho monográfico, ele se estrutura da seguinte forma: esta Introdução, onde faz-se uma contextualização do tema, buscando evidenciar sua importância, bem como estabelecer o objetivo geral do trabalho; do Capítulo I, “Estratégias de Crescimento: Consumo versus Investimento” onde se discute as estratégias de crescimento,

relevantes à melhor compreensão dos instrumentos e políticas adotadas no período; Cap.II, “Instrumentos de Política Econômica”, em que trabalha-se as ideias e conceitos das principais políticas econômicas utilizadas pelo Governo, que em sua dinâmica desencadearam mudanças no ambiente econômico brasileiro; Cap.III, “Economia Brasileira no período de 2005 a 2013” onde aponta-se as principais mudanças observadas no período, fatores que deram origem à tais alterações e os efeitos que mais tarde foram causados à economia do país; por fim, a conclusão desta monografia finda os argumentos apresentados e aponta algumas indicações de estudiosos à respeito.

2 ESTRATEGIAS DE CRESCIMENTO: CONSUMO VERSUS INVESTIMENTO

2.1 Considerações iniciais sobre alguns agregados Macroeconômicos

Diariamente nos noticiários por todo o país, falam-se da macroeconomia nacional e/ou mundial, de indicadores econômicos (no estudo da macroeconomia também denominado de agregados macroeconômicos), das relações internacionais e conjunturas econômicas dentre os diversos assuntos que afetam diretamente a vida de toda a sociedade. Diante disso, a maioria das pessoas busca saber quais as medidas que tem sido tomada pelo governo, já que as mesmas tendem a afetá-las diretamente.

Fatores internacionais, a relação entre a moeda local e as moedas internacionais, bem como as relações de trocas comerciais e financeiras são fundamentais para se analisar o porquê de um país enfrentar determinadas situações de estrangulamentos ou de bonança. Daí surge, por exemplo, questões como: porque mudanças na conjuntura chinesa afetam diretamente o Brasil? Ou, porque um determinado país é mais desenvolvido que outro?

Com esta finalidade, este tópico desse trabalho monográfico busca introduzir, inicialmente, conceitos básicos da macroeconomia que subsidiaram posteriormente as análises que procuram responder ao objetivo principal do trabalho.

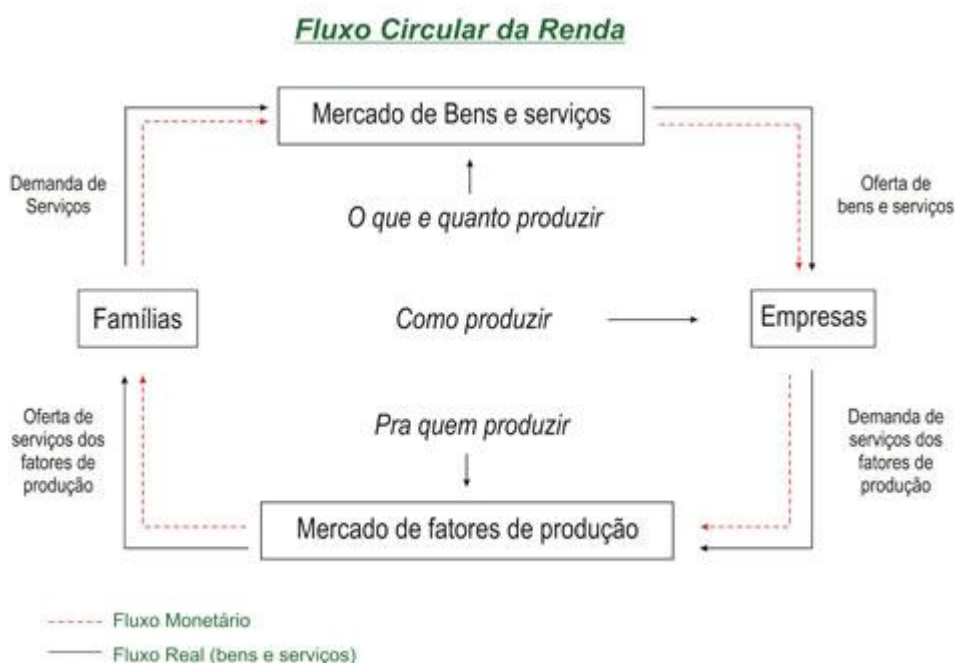
Em primeiro lugar será discutido os grandes agregados macroeconômicos que expressam o crescimento e o desenvolvimento de um país. Inicialmente o destaque fica para o Produto Interno Bruto (PIB). O PIB é normalmente o melhor indicador para se avaliar o desempenho econômico de um determinado país, segundo Mankiw (2010). Ele mensura, em valores monetários, a produção final de bens e serviços dentro de um determinado período de tempo. Segundo Meurer e Samohyl (2001) o que se deseja saber com esta medida é o nível de riqueza criado em um dado período, que normalmente são de doze meses. Existem duas outras formas de interpretar essa medida denominada PIB. Uma delas é como uma medida que equivale à renda total de todos os agentes econômicos (remuneração dos fatores de produção terra, trabalho e capital); a outra forma seria uma medida equivalente ao “total de gastos em termos de produção de bens e serviços” (como a renda

é gasta ou distribuída entre consumo, investimento, gasto do governo e com o saldo entre exportações e importações). (MANKIW, 2010, p. 16)

A renda da economia, outro importante agregado macroeconômico, é calculada tendo como referência a remuneração dos fatores de produção expressos na soma de salários, juros, lucros e aluguéis pagos às famílias, segundo Meurer e Samohyl (2001).

A introdução da ideia do chamado fluxo circular da renda, como visto abaixo, auxilia na discussão das três óticas de mensuração em que o PIB pode ser expresso. As três óticas são: a do produto, da renda e da despesa.

Gráfico 1 – Fluxo Circular da Renda



Fonte: Extraído de UNIVERSIDADE PAULISTA (2006, p.04)

Este fluxo expressa as seguintes relações econômicas: as empresas ofertam bens e serviços no mercado para o consumo das famílias, que por sua vez ofertam fatores de produção na economia (terra, trabalho e capital) que serão demandados pelas empresas para fins de produção (ótica de despesas); além disso, as famílias demandam esses bens disponibilizados no mercado de bens e serviços por meio de salários, juros, e aluguéis recebidos – ótica de renda. (Universidade Federal de Brasília, 2010).

Entretanto, no processo de mensuração desse agregado (PIB) surgem algumas dificuldades. Para que não haja problemas como duplicidade na contagem do valor do bem, por exemplo. O que se pretende é medir apenas o valor dos bens finais. Para isso os cálculos realizados se dão da seguinte forma: para se calcular o produto da economia (sob a ótica de produção), computa-se apenas o valor agregado (VA) de cada unidade adicional inserida na economia em cada estágio de produção, segundo Horn (2015). Este valor agregado, “é o valor do produto da empresa subtraído o valor dos produtos intermediários que a empresa adquire” (MANKIW, 2010, p. 19). Os produtos intermediários aqui são os insumos adquiridos de outras unidades de produção para confecção do bem/serviço final.

“Para a economia, a soma do VA deve ser igual ao valor de todos os bens e serviços finais. Por conseguinte, o PIB corresponde também ao total do valor agregado de todas as empresas na economia”. (MANKIW, 2010, p. 19).

Para a produção desses bens, além dos insumos intermediários, necessita-se de fatores de produção. Surge então, a análise do PIB através da ótica da renda, que se trata da remuneração dos fatores de produção às famílias, em troca de remuneração dos salários, dos juros, dos aluguéis e do lucro, segundo Universidade Federal de Brasília (2010). Horn (2015) explica a essa remuneração na economia:

O Produto gerado na economia é distribuído aos Fatores de Produção por meio de uma remuneração monetária ou Renda dos Fatores. Na economia, temos: Trabalho – remunerado por Salários. Capital – remunerado por Lucros. (HORN, 2015, p. 05).

Em complemento à explicação de Horn, Jundensnaider (2015) trás uma breve conceituação sobre os aluguéis e também sobre os juros. Segundo ele, os aluguéis são remunerações do fator produtivo Terra e os juros por sua vez, são remunerações do capital.

Considera (2015), conclui afirmando que o produto interno bruto é a soma das rendas (salários + lucros + juros + aluguéis) auferidas na economia num determinado período.

Por último a ótica da despesa ou também chamada de dispêndio; é determinada a partir do somatório das demandas finais, inclusive os estoques,

que são os bens não vendidos por parte das Empresas, segundo Derolle (2013). Ainda segundo ela, a fórmula $Y = C + I + G + (X-M)$ representa a absorção interna em um determinado período de tempo.

Derolle (2013) conclui mostrando a identidade macroeconômica entre as óticas de mensuração do PIB:

As óticas são equivalentes porque representam uma relação idêntica, que não guardam em si nenhuma relação de causa e efeito. É a primeira identidade macroeconômica, conhecida por $PRODUTO = RENDA = DESPESA$. Em termos práticos, quando se produz algo, há uma despesa que, conseqüentemente, gerará uma renda. (DEROLLE, 2013).

Sobre os agregados macroeconômicos, Meurer e Samohyl (2001), chamam a atenção para o efeito que a inflação tem sobre estes:

Um aspecto importante na medição da produção é eliminar o efeito da inflação, porque caso ocorra apenas aumento de preços, sem que as quantidades tenham se elevado, não haverá um aumento do bem-estar da sociedade (MEURER e SAMOHYL, 2001, p.11).

A solução desse problema passa pelo uso do PIB real da economia, que é mensurado através da somatória dos bens e serviços finais via conjunto constante de preços, segundo aborda Mankiw (2010). O PIB nominal difere do real no âmbito de que são calculados a preços correntes. Ou seja, esta segunda maneira de se calcular o PIB não funciona como bom instrumento da “saúde” econômica, pois este indicador não mede de forma concisa a produção; em caso de aumento de preços, a produção também se elevará.

A demanda agregada, que pode ser expressa pela ótica da despesa, corresponde ao gasto total que é o somatório dos gastos com consumo (C), investimento (I), gastos do governo (G) e saldo do comércio exterior: exportações - importações (N-X) segundo Pinheiro (2008). Dornbush e Fisher apud Fabiani (2012), apontam que a curva de demanda agregada correlaciona o nível de preços e o nível do produto em que os mercados encontram-se em equilíbrio.

Mankiw (2010) explica que o consumo consiste no dispêndio dos agentes na compra de bens e serviços; os investimentos por sua vez,

consistem em bens que tendem a ser usados para gerar nova capacidade de produção no futuro. Famílias e empresas investem; as empresas normalmente adquirem uma nova unidade de produção, por exemplo, visando ampliá-la; e as famílias adquirem imóveis, para fins de moradia e/ou locação. Os gastos do governo correspondem aos bens e serviços adquiridos pelo governo, como por exemplo, o pagamento de salários á servidores públicos e construções de infraestrutura, como por exemplo, estradas; e por fim, as exportações líquidas, nos mostra a relação do país com o resto do mundo, ou ainda, a diferença entre os bens e serviços exportados e importados. Quando este saldo for positivo, conclui-se que a exportação foi maior do que a importação, do mesmo modo, será negativo quando as importações forem superiores às exportações, ainda segundo Mankiw (2010).

Já a curva de oferta agregada, segundo Vasconcelos citado por Fabiani (2012), nos fala sobre a relação do preço agregado e a oferta de bens/serviços. Por outro lado, o poder de compra dos agentes, ou seja, sua capacidade de adquirir bens e serviços pode sofrer relativa queda ao longo do tempo. Isso se deve ao impacto da variação no nível de preços denominada de inflação, segundo Mankiw (2010).

O IPC – Índice de Preços ao Consumidor – é o indicador mais usado para se expressar essa variação no nível de preços. Assim como o PIB transforma valores de bens e serviços em um resultado único que objetiva mensurar a produção, o “IPC converte os números de bens e serviços em um único índice que mede o nível geral de preços”. (MANKIW, 2010, p. 26)

Além do PIB e da inflação, a taxa de desemprego é outro importante agregado que reflete o desempenho econômico do país, ou ainda, a utilização de seus recursos, conforme mostra Mankiw (2010). A taxa de desemprego mostra a relação de agentes que buscam emprego, mas que ainda não alocou sua oferta de trabalho, conforme aponta Mankiw (2010).

Segundo Mankiw (2010), as famílias gastam seus salários e/ou remuneração de seu capital, através, por exemplo, do pagamento de impostos ao governo e consumo de bens e serviços Esta parcela de sua renda destinada

à demanda é impactada por sua propensão marginal a consumir¹. Além da parcela de sua renda destinada ao consumo, as famílias decidem também quando de sua renda será destinada a poupança. Assim, a propensão marginal a poupar mostra a proporção da renda que as famílias poupam para consumo futuro, indica Fochezatto (2000).

O consumo agregado é resultado da decisão dos agentes que compõem a economia durante um determinado período. Essa decisão é tomada com base em suas preferências e restrições orçamentárias. Quintaes e outros (2006) salientam que esta variável (consumo) influencia a economia tanto no âmbito da análise do Produto Interno Bruto, quanto nos estudos microeconômicos das decisões familiares e estrutura de pesos para o índice de preços ao consumidor.

A função investimento é outro grande agregado macroeconômico que influencia a economia como um todo numa visão macro. Esta variável representa um acréscimo de estoque de capital proporcionando aumento da capacidade produtiva. A decisão de expansão da capacidade produtiva, ou seja, a decisão de investir é dependente da expectativa e das taxas de juros.

Keynes definiu a eficiência marginal do capital (EMgK) como a “função da expectativa de rendimentos derivada dos investimentos e do preço dos bens de capital, incorporando, portanto, os aspectos incerteza e expectativas, cruciais” (DATHEIN, 2000, p. 04), ou seja, taxa de lucro prevista. Pereira (1973) em complemento à Dathein, cita a teoria ortodoxa onde o investimento seria função da eficiência marginal do capital, da taxa de juros e do nível de renda. Outro fato muito importante sobre isso, é a relação inversa entre investimento e EMgK. Sobre isso, Keynes citado por Pereira (1973) diz o seguinte:

(...) se houver um aumento do investimento de qualquer tipo de capital, durante um certo período de tempo, a eficiência marginal desse capital decrescerá a medida em que o investimento aumente, em parte porque as perspectivas de lucro cairão à medida em que a oferta do capital é aumentada e, em parte porque, em regra geral, uma pressão sobre as fábricas destinadas à produção desse tipo de capital farão seu preço de oferta crescer (KEYNES apud PEREIRA, 1973, p. 04).

¹ Segundo Mankiw (2010), a Propensão marginal a consumir (PMgC) é um valor que varia entre 0 e 1 e expressa a parte da renda destinada ao Consumo. Não obstante, a Propensão marginal a poupar (PMgS) expressa a parte da renda destinada à Poupança, também variando entre 0 e 1

Por outro lado, o investidor tenderá destinar seus recursos até o ponto em que a eficiência marginal do capital se igualasse as taxas de juros, ou seja, “investir enquanto puder esperar do novo investimento um retorno superior ou pelo menos igual ao da taxa de juros do mercado” (PEREIRA, 1973, p. 04). Não obstante, há também uma relação inversa entre as taxas de juros e o nível de investimento, ou seja, na medida em que for maior o nível de juros na economia, menor tenderá ser o nível de investimentos.

Esse tópico do capítulo introduziu, de forma sucinta, alguns conceitos básicos sobre alguns agregados macroeconômicos que subsidiaram as análises sobre as estratégias de crescimento utilizadas na economia brasileira no período de 2005 até 2013. No próximo tópico ainda desse capítulo, serão discutidas algumas ideias sobre essas estratégias básicas de crescimento, ou seja, esse confronto entre crescimento via consumo versus investimento.

2.2 Estratégias de Crescimento

O Brasil enfrentou duros ciclos econômicos em sua história, com períodos de alta inflação e grande concentração no nível de renda, por exemplo. Esse quadro, no entanto vem sofrendo grandes mudanças que acabaram por criar novos padrões de vida e, conseqüentemente, novos desafios estruturais, políticos e sociais que devem ser enfrentados. O Brasil adentrou um novo momento em sua história econômica e social, com melhor distribuição de renda, trabalho e ambiente democrático que despertou e favoreceu o crescimento econômico, conforme indica Pochmann (2009).

Para se avaliar as mudanças estruturais ocorridas no Estado brasileiro, com foco principalmente no período 2005 a 2013, torna-se necessário apontar quais indicadores macroeconômicos sofreram ajustes e os impactos desses no crescimento econômico do país. Em primeiro lugar, crescimento e desenvolvimento econômico são conceitos distintos, sendo importante fazer uma distinção básica entre eles. O crescimento econômico, segundo Munhoz (2012) é apenas uma das múltiplas facetas do desenvolvimento econômico. Segundo Vasconcellos citado por Ribeiro e Santos (2015), crescimento econômico (relacionado diretamente com o aumento do PIB) compreende o

aumento do bem estar material e o aumento do nível de emprego, que é o que se pretende abordar neste projeto.

Já o desenvolvimento econômico é evidenciado por Castellar (2009) da seguinte forma:

caracteriza-se por uma conjugação de crescimento rápido e autossustentado, transformação da estrutura econômica, avanço tecnológico, progresso institucional e melhoria dos indicadores sociais". (CASTELLAR, 2009, p. 10)

Em síntese, desenvolvimento econômico consiste na “acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população”, segundo Pereira (2007). Em complemento à distinção entre crescimento e desenvolvimento econômico, Schumpeter citado por Pereira (2007), afirmou que ocorre desenvolvimento econômico quando a estrutura da economia nacional produz transformações na estrutura econômica, além do simples crescimento da renda per capita (ideia ligada ao crescimento da economia). Schumpeter fez esta afirmação para destacar a necessidade da inovação, ou seja, do investimento incorporado ao progresso técnico, conforme explica Pereira (2007).

Pode-se tomar como referência inicial dessa discussão o texto Bielschowsky (2012). Esse autor destaca, nesse trabalho, que o Brasil teria no referido período três vertentes que estimulariam o crescimento sustentável econômico, sendo eles:

- Amplo mercado interno de massa, que tende a ser maior quanto melhor for o processo de distribuição de renda, além de potencial estrutura produtiva nos setores primários, industriais e de serviços;
- Forte demanda nacional e mundial sobre os recursos naturais;
- Expectativas favoráveis quanto a demanda estatal e privada por investimento em infraestrutura.

A associação dos três motores, que tem propriedades para alavancar a economia brasileira no longo prazo, devem ser trabalhados e executados com foco no investimento, sobretudo, conforme cita Bielschowsky (2012), em inovações tecnológicas e “encadeamentos produtivos fragilizados”, ou seja, a busca de recuperação do capital produtivo fragilizado seja pela economia macro ou micro.

A princípio, a frente da expansão está no planejamento do desenvolvimento econômico, “sobre o volume e a composição setorial e tecnológica dos investimentos, ou seja, são as variáveis que definem o crescimento e o aumento de produtividade a longo prazo”. (BIELSCHOWSKY, 2012, p. 3)

Este é também um enfoque keynesiano, “porque toma o investimento como resultado de estímulos de demanda efetiva” (KEYNES apud BIELSCHOWSKY, 2012, p.731).

Springer e Meneguín (2011), compactuam do raciocínio de que o investimento é essencial ao crescimento econômico e afirmam que “uma das maneiras mais efetivas de aumentar a produção de bens e serviços da economia é estimulando os investimentos em capital fixo (máquinas, equipamentos, estradas e etc)”.

Outra maneira de fazer com que uma economia cresça é via consumo de massa, como ocorrido no Brasil na década de 2000. Em geral, o estímulo ao crescimento via consumo é, inicialmente, motivado pela melhoria na distribuição de renda, bem como por políticas favoráveis à concessão de crédito, alta demanda externa por produtos nacionais e crescimento dos investimentos internos no âmbito da economia nacional, segundo Bielschowsky (2012).

Cabe destacar que essa discussão não é nova no meio acadêmico nacional. Celso Furtado, nos anos 60 e 70, já discutia estratégias e limites ao crescimento nacional, conforme cita Bielschowsky:

discussão brasileira sobre a adoção de um modelo de crescimento com melhoria distributiva pela via da produção e consumo de massa remonta aos anos 1960, quando foi inaugurada por Celso Furtado. (BIELSCHOWSKY, 2012, p. 738).

Ainda de acordo com o autor, a estratégia de crescimento sob o modelo de produção e consumo de massa tende a seguir um ciclo: aumento da demanda impacta num aumento de investimentos, que por sua vez desencadeiam aumento de produtividade e competitividade marcada pelo maior número de equipamentos por trabalhador, conhecimento, inovação entre outras medidas que surgem com o avanço da produtividade/competitividade; dado esse cenário, as famílias tenderão a receber melhores remunerações que por sua vez darão margem à maior nível de consumo que tenderá, como no início do círculo virtuoso, dar origem a novos investimentos.

Diante do modo como ocorre o ciclo de crescimento econômico, Fochezatto (2000) indica que as famílias, por sofrerem impactos diretos com as mudanças das variáveis econômicas, tenderão variar seu comportamento. Um primeiro comportamento afetado será a decisão de quanto de sua renda será consumida e quanto será direcionado à poupança. Isso será alterado dadas condições econômicas como preço de bens/serviços, renda, taxa de juros, enfim, dados os incentivos ao consumo e/ou incentivos à poupança. O segundo comportamento diz respeito à maximização da função utilidade, que dependerá, portanto, da restrição orçamentária do agente. Daí, surgem resultados que também poderão fazer com que as famílias definam se sua demanda por bens e serviços serão de origem nacional ou internacional (importação).

Quando um agente está desempregado, seu consumo tenderá a cair, mas não se reduzirá a zero. Ou seja, mesmo sem renda, um agente consumirá. Chama-se então de consumo autônomo o consumo mínimo que as famílias tem, mesmo sem renda. “Nessa hipótese extrema, haverá a queima de poupanças realizadas anteriormente, ou de bens patrimoniais acumulados; chamamos a isso, despoupança”. (UNIVERSIDADE DA AMAZONIA, 2014, p.07).

Mankiw (2010) ressalta que a quantidade demandada de bens e serviços depende além do nível de renda, da taxa de juros praticadas na economia, que expressam o custo dos recursos utilizados para financiar o investimento.

Os investimentos por sua vez, são outra estratégia de crescimento da economia (com certeza a mais importante no sistema). Eles estão diretamente

relacionados com a melhoria na qualidade de vida da sociedade, refletindo no aumento da oferta de empregos e salários, eficiência e competitividade, e consequentemente, tendendo a queda na redução da pobreza, conforme Mendes (2011).

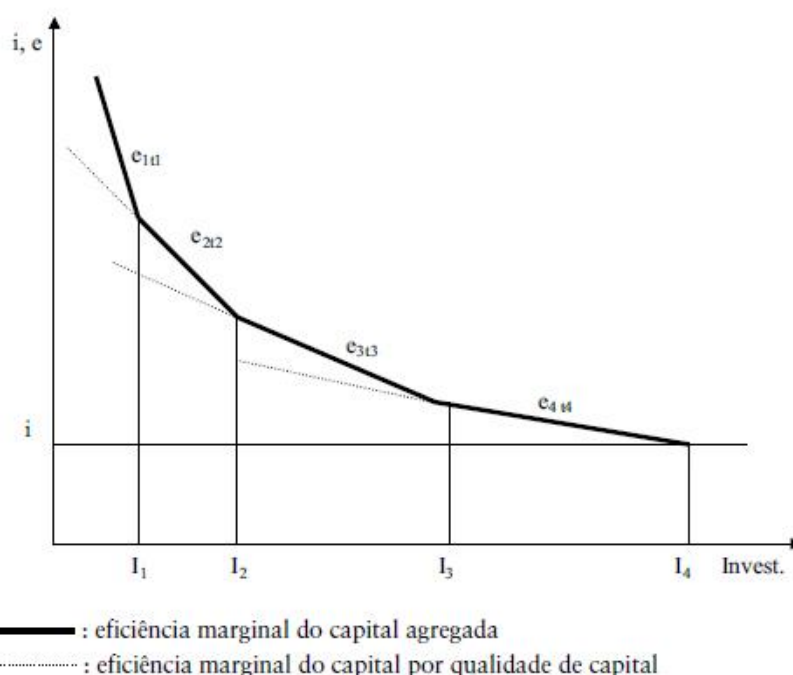
As taxas de juros, portanto, além de afetar o nível de investimento, refletem no nível de consumo da economia. “A taxa de juros reflete o preço do consumo hoje em termos de consumo futuro”. (CASTOLDI, 2014, p. 72). Assim, ainda segundo Castoldi (2014), quanto maior os juros, mais os agentes tenderão a poupar, o que reduz a demanda.

Vasconcellos citado por Fabiani (2012) reforça essa ideia, e aponta que os consumidores são racionais e tendem a despendar menos quando as taxas de juros estão mais altas, logo, poupam mais recursos.

Heineck citado por Fabiani (2012) ressalta também que os juros baixos permitem maior crédito aos agentes o que, consequentemente, pode aumentar a quantidade de bens/serviços consumidos e os gastos com investimento. O crédito, diretamente relacionado com as taxas de juros, tem papel relevante no “financiamento da economia”, segundo Palombo (2011). A função crédito foi também mencionada por Schumpeter, citado por Palombo (2011), onde se abordou o fato de que o crédito é imprescindível ao empreendedor, o que facilita novas combinações de fatores de produção.

Mankiw (2010), reforça a ideia afirmando que a função de investimento tem inclinação decrescente, mostrando que quanto maior as taxas de juros, menor tenderá ser o investimento.

Gráfico 2 – Função agregada do investimento



Fonte: Extraído de HERSCOVICI (2013, p. 05)

Em resumo, o investimento depende da taxa de juros, i , pois os juros expressam o custo de se tomar um empréstimo para fins de investimento de uma unidade adicional de produção. (MANKIW, 2010)

Os investimentos, sobretudo em infraestrutura, são fundamentais ao desenvolvimento econômico, conforme cita Bielschowsky (2012). Isso porque há grande movimento de recursos e, portanto, de emprego, e acabam por “gerar externalidades ao setor privado e a economia como um todo, razões pelas quais têm a responsabilidade de incentivar a expansão do investimento privado”. (BIELSCHOWSKY, 2012, p. 741)

Os gastos do governo financiam os investimentos em infraestrutura, com construção de estradas, e outras obras públicas por exemplo. Segundo aborda Mankiw (2010), essas transações constituem as compras de bens e serviços do governo. Além deste tipo de gasto, o Estado também despende recursos com transferências para as famílias, com, por exemplo, programas sociais às famílias carentes. A forma de arrecadação do governo para fazer frente a esses gastos é a arrecadação de impostos e tributos, onde empresas e famílias são “taxadas”. Quando a arrecadação do governo é superior aos seus gastos, diz-se então que houve um superávit orçamentário. No entanto, quando a

arrecadação do governo é inferior aos seus gastos, diz-se então que houve um déficit orçamentário. (MANKIW, 2010)

Bielschowsky (2012) sustenta a ideia de que o investimento em infraestrutura é crucial para o crescimento econômico sustentável, pois vai além do serviço em si que a infraestrutura presta, pois tende a transmitir benefícios e impactos a outros setores da economia.

O trabalho de Bielschowsky (2012) de linha keynesiana reforça a ideia de que quando se faz este tipo de investimento, espera-se que novas vagas no mercado de trabalho sejam criadas. Espera-se também o surgimento de novas oportunidades de negócios e a geração de maior competitividade de mercado, ou seja, de maneira geral, trás efeitos positivos à sociedade.

As estratégias de crescimento econômico, aqui apresentadas, serão de relevância para análise dos instrumentos e políticas econômicas adotadas no Brasil no período de 2005 a 2013 a serem discutidos no próximo capítulo.

3 INSTRUMENTOS DE POLÍTICA ECONOMICA

As políticas econômicas são ações utilizadas pelo Estado, através de instrumentos econômicos específicos, com o intuito de se buscar um maior nível de bem-estar para a sociedade. Operacionalmente, essas políticas buscam coordenar e estabilizar a dinâmica das economias monetárias, segundo Terra e Ferrari Filho (2012). Segundo Keynes citado em Terra e Ferrari Filho (2012. p.03) deve-se “(...) considerar a intervenção estatal como encorajadora do investimento”.

As políticas econômicas são analisadas no campo da macroeconomia, por afetarem a economia como um todo, conforme aponta Cleto e Dezordi (2015). Neste tópico da monografia o objetivo proposto é explicitar os conceitos básicos sobre política econômica. Antes disso, faz-se necessário identificar os objetivos genéricos do setor público que, em última instância, são os elementos básicos para a formulação das políticas econômicas.

As funções do setor público basicamente, conforme aponta Riani (2010), são:

- 1) Ajuste e alocação de recursos;
- 2) Intervenção no processo de apropriação de renda e de riqueza;
- 3) Estabilização das atividades econômicas.

Ainda segundo Riani (2010), a primeira função do setor público busca melhorar a aplicação dos recursos no atendimento às necessidades e desejos de consumo dos agentes econômicos. De modo geral, o ajuste e a alocação de recursos podem acontecer através de bens e serviços oferecidos e “produzidos” pelo governo à sociedade (segurança pública, por exemplo); bens e serviços oferecidos pelo governo e produzidos pela iniciativa privada (educação, saúde, etc) entre outros. A segunda função do governo é essencial para que não haja concentração de renda na mão de um número pequeno de agentes. Logo, os recursos utilizados pelo Estado são, por exemplo: tributação; isenção, subsídios e incentivos; transferências, etc. Por fim, a estabilização da economia, segundo Cleto e Dezordi (2015), é uma preocupação de formuladores de política, que visam controlar os agregados macroeconômicos,

como inflação, nível de desemprego, nível de produção, etc., beneficiando, portanto, a população.

Portanto, para que o Governo consiga executar suas três funções básicas, utiliza-se um conjunto de políticas e instrumentos destacados a seguir.

3.1 Política Fiscal

A intervenção do Estado como “encorajador de investimento”, acontece na política fiscal, que se baseia na gestão dos gastos públicos e na política de tributação. Esta última política tem três objetivos: realocação da renda mal distribuída; instrumento para aumentar ou diminuir a renda disponível, impactando no aumento ou queda da demanda; e, por fim, viabilizar o investimento por parte do Estado, com efeito na “estabilização automática das economias monetárias da produção”. (TERRA; FERRARI FILHO, 2012, p.04).

Giambiagi e Além, citados por Rezende (2009) têm visões semelhantes, e apontam que a política fiscal tem como objetivo estabilizar a economia, através do controle de preços e desenvolvimento econômico, com estímulo na produção e no emprego; tributação dos mais ricos, envolvendo o processo de distribuição de renda e alocação de recursos para atendimento à sociedade com bens e serviços públicos (atuação anti-cíclica do governo, ou seja, o governo busca suavizar as crises e maximizar o boom de crescimento).

A política fiscal deslocará a curva IS, que segundo Mankiw (2010), representa a oferta de bens e serviços no modelo Keynesiano básico. A equação que representa este mercado de bens é representada da seguinte identidade contábil: $Y = C(Y-T) + I(r) + G + NX(e)$; ainda de acordo com Mankiw (2010), essa equação nos mostra que a renda Y se dá pela soma do consumo C , investimento I , gastos do governo G , e exportações líquidas NX . O consumo, por sua vez, dependerá do nível de renda disponível $(Y-T)$; o investimento se relaciona de modo negativo com a taxa de juros $I(r)$, e por fim, as exportações líquidas dependerá da taxa de câmbio $NX(e)$.

A política fiscal e de tributação juntamente com a política monetária e cambial fazem parte dos instrumentos do governo para controle da economia, segundo Dornbusch, Fischer e Startz, citados por Fabiani (2012). Rosseti

citado por Fabiani (2012) explica que são a partir destas políticas que o governo alcança os objetivos de expansão do produto e o emprego, a estabilidade dos preços e o equilíbrio das transações externas de um país. Ainda segundo Rosseti, citado por Fabiani (2012) é a partir da política fiscal que o governo decide o quanto gastar em investimentos, subsídios, consumo e impostos que incidirão sobre os agentes.

Rezende (2009), explica que a política fiscal impacta a demanda e o nível de produto de formas distintas dependendo se for expansionista ou contracionista. A política fiscal expansionista pode ser oriunda tanto da queda da tributação ou aumento dos gastos do governo; esta dinâmica deslocará, portanto, a curva IS para direita, gerando um aumento inicial da renda, conforme explicou Rezende (2009).

Por outro lado, a política de tributação afeta diretamente o nível de consumo da economia, segundo Palombo (2011). Essa política, segundo o mesmo autor, desempenha importante papel na determinação da demanda agregada no curto prazo e no crescimento econômico no longo prazo. Quando existe uma queda na tributação, parte da renda dos agentes, antes direcionada para pagamento de impostos, volta-se para o consumo, aquecendo a demanda agregada. Rezende (2009) reforça a ideia de Palombo, mostrando que no curto prazo este incremento na demanda aquece o nível de produção e, conseqüentemente, o nível de emprego.

Quando o cenário é de contração, Rezende (2009) explica que a queda nos gastos públicos desestimula a produção e renda. Do mesmo modo, o aumento nos impostos compromete parte dos rendimentos antes destinados ao consumo, que desaquece e reflete no nível de produção. No caso de políticas fiscais contracionistas percebe-se, portanto, um deslocamento da curva IS para a esquerda.

Rezende (2009) lembra que a adoção da política fiscal expansionista é benéfica ao crescimento da renda, ao nível de emprego e produto, mas lembra também que este tipo de política pode provocar um déficit no orçamento público, e a forma como este déficit será financiado reflete na economia.

As formas de se financiar o déficit público, segundo Rezende (2009) são: através da política monetária - emissão de moeda e a venda de títulos do governo (da dívida pública) ao setor privado. “De uma maneira geral, o déficit

público é a situação de os governos gastarem mais do que arrecadam, segundo um determinado período de tempo ou exercício” (CITADINI apud MONTEIRO SOBRINHO; OLIMPIO E MONOLESC, 2006; p.01).

3.2 Política Monetária

Rezende (2009) salienta, sobre a política monetária, que ao se financiar a dívida pública através da emissão de moeda, poderá ocorrer uma absorção por parte do público deste adicional, o que pode terminar no aumento do nível de preços – processo inflacionário. Então, à medida que mais moeda vai sendo emitida, mais os preços crescem e menor será o poder de compra dos agentes, mencionam Lopes e Vasconcelos, citados por Rezende (2009). Segundo a teoria keynesiana, quanto maior for a demanda por moeda (maior preferência por liquidez) tenderá ser menor a demanda por bens e serviços (menor demanda efetiva). Diante disso, surgiu “um ideal de política econômica”: em situações de crise, qual seja, o Estado deve intervir buscando diminuir as incertezas no ambiente econômico, com políticas fiscais expansionistas, de forma a induzir o aumento da demanda efetiva que, por efeito multiplicador, irá impactar no crescimento do investimento produtivo. (BACIC, 2012).

Os argumentos de Monteiro Sobrinho; Olimpio e Monolesc (2006) são semelhantes e complementares aos de Rezende (2009), quando afirmam que a necessidade de financiamento da dívida implica pôr em prática uma política monetária expansiva, que poderá ter efeitos expansivos sobre a economia. Um efeito colateral dessas medidas seria a possibilidade do aumento da pressão inflacionária e a perda do valor do dinheiro.

Fabiani (2012) conceitua a política monetária como o controle pela autoridade monetária da oferta da moeda e do seu custo (taxas de juros). Rezende (2009) reforça este conceito e afirma que a política monetária é usada para controlar o dinheiro à disposição dos agentes econômicos. O governo utiliza dessa ferramenta para aumentar ou diminuir a oferta monetária no mercado, influenciando o consumo, preços e produto, segundo Brum, citado por Rezende (2009). A política monetária então deslocará a curva LM, no modelo Keynesiano básico. Segundo Mankiw (2010), como no caso da política

fiscal, a curva LM representa a oferta de encaixes monetários, expresso por intermédio da equação $M/P = L(r, Y)$. Esta equação mostra que “a oferta de encaixes monetários, M/P se iguala a demanda desses encaixes $L(r, Y)$, que depende negativamente da taxa de juros r e positivamente da renda”. (MANKIW, 2010, p. 266). Ainda de acordo com o autor, é importante destacar que no modelo proposto, a taxa de juros interna será igual à taxa de juros internacional.

A política monetária pode ser restritiva e/ou expansiva. Segundo Milani (2011), a política restritiva engloba medidas que tendem a reduzir a moeda em circulação, encarecendo empréstimos, exatamente o oposto à política expansiva. O recolhimento de compulsório, a assistência financeira de liquidez e compra/venda de títulos públicos fazem parte dos instrumentos do governo para operar a economia, segundo Milani (2011).

Ao abordar instrumentos que tendem a reduzir a circulação da moeda, Milani (2011) explica seus significados. O recolhimento de compulsório consiste na parcela que o Banco Central “arrecada” dos depósitos recebidos pelos agentes nos Bancos comerciais, já a diminuição do compulsório diminui esta parcela pertencente ao Bacen (política expansiva); por assistência financeira de liquidez, entende-se o processo de empréstimo de dinheiro do Banco Central aos Bancos. “Quando esse prazo é reduzido e a taxa de juros do empréstimo é aumentada, a taxa de juros da própria economia aumenta, causando uma diminuição na liquidez”, para casos de restrição econômica. De forma semelhante à curva IS, a curva LM se deslocará para a esquerda nos casos de restrição econômica. No caso de expansão, o prazo é aumentado e as taxas de juros diminuídas, diminuindo a taxa de juros da economia (MILANI, 2011, p. 38); por fim, quando o Bacen vende títulos na economia, seu objetivo é retirar moeda dos agentes, restringindo a liquidez. O contrário por sua vez, consiste na compra dos títulos, aumentando a base monetária da economia, conseqüentemente a liquidez.

3.3 Política Cambial

Outra ferramenta do Governo para controle da economia é a política cambial, que se relaciona ao “comportamento do mercado de câmbio, inclusive no que se refere à estabilidade relativa das taxas de câmbio e do equilíbrio no balanço de pagamentos.” (BRASIL, 2015, p. 03). O mercado de câmbio ou de divisas (como também é chamado) é formado pelos agentes econômicos que transacionam moeda estrangeira, segundo Cleto e Dezordi (2015). Estes autores ainda citam que ao fornecer produtos, serviços e/ou ações no exterior, as Empresas aumentam a oferta de moeda estrangeira no país. A taxa de câmbio, portanto, é o preço da moeda estrangeira em moeda corrente. É por este motivo que as Empresas dependem da taxa de câmbio, que podem agir de três formas, segundo Cleto e Dezordi (2015):

- ✓ Regime de câmbio flutuante (sujo): o Banco Central não interfere no mercado. “O preço da moeda estrangeira, ou a taxa de câmbio, é determinado exclusivamente pela interação entre oferta e demanda”. (CLETO e DEZORDI, 2015, p. 24);
- ✓ Regime de câmbio fixo: ao contrário do regime de câmbio flutuante, o Banco Central atua fortemente no regime de câmbio fixo, tendendo a vender dólares em casos de excesso de procura ou demanda por dólares, por exemplo, para que o câmbio não se desvalorize;
- ✓ Formas híbridas de câmbio: esta forma de taxa de câmbio é um intermédio entre câmbio fixo e flutuante. Adota-se neste caso um piso e um teto como limite para as taxas variem livremente. Quando, porém, as taxas se aproximam de seus limites, o Banco Central intervém vendendo/comprando divisas, até que os valores voltem aos eixos estabelecidos, conforme os interesses do país.

O câmbio flutuante foi utilizado no Brasil após o ano de 1999 em ritmo com a tendência entre as economias emergentes, segundo Prates; Cunha e Lélis (2008). Sobre o período anterior, os autores explicitam que:

As políticas de câmbio administrado (fixo ou bandas cambiais), que prevaleceram nessas economias na década de 1990, tiveram o mérito de garantir a estabilidade da taxa de câmbio nominal, um dos preços-chave das economias capitalistas, mas se revelaram extremamente suscetíveis à apreciação da taxa de câmbio real e a ataques especulativos, que culminaram em sucessivas crises cambiais na segunda metade daquela década, dentre as quais a crise brasileira de 1998-1999. (PRATES; CUNHA e LÉLIS, 2008, p. 02).

Este capítulo teve como objetivo conceituar as principais políticas econômicas utilizadas pelo governo para intervir na economia. Elas serão relevantes para se entender as medidas que o governo Brasileiro tomou no período entre 2005 a 2013, ações essas que desencadearam mudanças nos mais diversos setores do ambiental econômico.

4 ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 2005 A 2013

Após longos anos na história econômica e social brasileira de altos índices de inflação e estagnação na distribuição de renda, o Brasil pareceu experimentar uma grande dinamização de sua economia na segunda metade da década de 2000. Segundo Pochmann (2009), nesse período ocorreu uma melhoria na distribuição da renda, queda na taxa de pobreza, aumento no número de empregos formais, e aumento do salário mínimo real.

4.1 Transformações no Período Oriundo das Políticas Econômicas adotadas pelo Governo Lula

Diversas mudanças foram observadas durante o período denominado governo Lula, mas que não foram resultados apenas das políticas econômicas desenvolvidas em seu governo. O governo de Fernando Henrique Cardoso, imediatamente anterior à Lula, tem uma participação no desenvolvimento das políticas de transferência de renda, já que elas foram criadas em sua gestão, mas que não foram tão bem estruturadas e praticadas naquele período, conforme explicita Palombo (2011).

Segundo Sicsú (2003), no início de seu mandato, Lula manteve o tripé econômico adotado no governo de Fernando Henrique Cardoso em 1999 e aprofundou em medidas básicas. Este tripé baseou-se:

- 1) Política cambial flexível, com adoção de câmbio flutuante com mobilidade de capitais,
- 2) Política monetária com regime de metas de inflação e um banco central autônomo;
- 3) Regime de metas para os superávits fiscais primários, isto é, tornar a diferença na arrecadação e gastos correntes positivas.

Em sua política monetária, no início de 2003, o então presidente tratou de elevar a taxa básica de juros da economia para 26,5%. Não obstante, os Bancos também trataram de elevar o preço do crédito que já havia sido restringido com o aumento do compulsório, ou seja, aumento do valor que as

Instituições financeiras repassam ao Banco Central (Brasil, 2015), buscou-se também atingir as metas de superávit primário de 4,25% do PIB.

A tabela 1 mostra que, considerando os limites inferior e superior, a inflação se manteve dentro da meta a partir do segundo ano do primeiro mandato de Lula – 2004.

Tabela 1 – Inflação, meta inflacionária e taxa de juros - Brasil: 2003 – 2010 (em % a.a).

Ano	Inflação	Meta	Limite Superior Inferior	Taxa de juros
2003	9,3	3,25 - 4	1,25 - 6,5	23,3
2004	7,6	3,75 - 5,5	1,25 - 8	16,2
2005	5,7	4,5	2,0 - 7,0	19,1
2006	3,1	4,5	2,5 - 6,5	15,3
2007	4,5	4,5	2,5 - 6,5	12
2008	5,9	4,5	2,5 - 6,5	12,4
2009	4,3	4,5	2,5 - 6,5	10
2010	5,9	4,5	2,5 - 6,5	9,8

Fonte: Extraído de SILVA, (2008, p. 31).

A política cambial no país, logo no primeiro ano do mandato de Luís Inácio, influenciou na expansão das exportações, uma vez que, herança do governo anterior, a moeda encontrava-se desvalorizada e com regime de câmbio flutuante, o que consequentemente impactou na balança comercial de forma positiva, segundo Filgueiras e Costa Pinto citado por Rezende (2009).

A confiança do mercado juntamente com “a rolagem da dívida interna atrelada ao dólar, gerou a substituição de boa parte dos títulos da dívida interna” o que acabou por contribuir à estabilidade e valorização da moeda nacional. (REZENDE, 2009, p. 36).

Em 2004 o governo deu continuidade à essas medidas de valorização cambial e também implementou um programa com o intuito de se elevar o nível de reservas internacionais, garantindo assim a livre flutuação do câmbio até meados de 2008, segundo o boletim do Banco Central analisado por Rezende (2009).

Percebeu-se então, a partir de 2003/2004 através das políticas desenvolvidas pelo governo, a retomada do crescimento econômico, com o PIB brasileiro crescendo a patamares próximos de 4,2% a.a, em média, segundo

CURADO (2011, pág.92). A taxa de pobreza² em 2005 registrava 30,82% e em 2009 esse número caiu para 21,42%, segundo o IPEA citado por CURADO (2011, pág. 93). Fabiani (2012) aponta que este crescimento se deu com base nos princípios keynesianos, em que o governo interviu na economia aumentando a disponibilidade de meios de pagamentos, o que por sua vez acaba estimulando a demanda. Segundo esse mesmo autor, aumentou a:

(...) demanda da economia brasileira, consequentemente elevando o consumo das famílias. Conforme os princípios keynesianos e a política do “Welfare State” (política do bem estar social dos indivíduos). O aumento da renda provém do aumento dos gastos do setor público. À medida que o Governo “injeta” base monetária (dinheiro) na economia, a mesma tende a crescer, assim, elevando o nível de renda de sua população. (FABIANI, 2012 p.34).

Diversos foram os motivos que desencadearam no crescimento econômico à época. Além da queda da taxa de desemprego, que em 2003 registrou alto índice de aproximadamente 13%, conforme apontou Silva, (2014), e em 2011 registrava taxas de 6,70% em, segundo dados divulgados pela Fundação Getúlio Vargas (2014; pág.01) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014; pág.01), percebeu-se queda na informalidade no mercado de trabalho e aumento do salário mínimo real.

Teixeira e Pinto (2012) complementam que é importante destacar que o mercado internacional estava favorável. Até 2008, ano da Crise financeira internacional, o mundo gozava de crescimento econômico; ampla liquidez nos mercados de ativos (financeiros); e por fim, crescimento do preço das commodities. “As exportações cresceram a taxas muito elevadas, devido à forte expansão da economia mundial e à demanda por commodities da China” (BEZERRA, 2010, p.01). Rezende (2009) aponta as consequências ao país desta política cambial:

Consequentemente, isso trouxe divisas para o país, contribuindo para minimizar o déficit na conta de transações correntes que se acumularam durante os oito anos do governo anterior, e começou a elevar as reservas financeiras internacionais. (REZENDE, 2009, p. 37).

2 A taxa de extrema pobreza mede “o percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza (ou indigência, ou miséria)”. (IPEA apud CURADO, 2011, p. 93).

Segundo Chahad; Pozzo (2013), no período compreendido entre 2002 e 2012, registrou-se também elevados ganhos reais, especialmente para os profissionais autônomos, ou seja, aqueles que trabalham por conta própria. Os autores também destacam que com a evolução da massa salarial, o consumo das famílias vem sendo impulsionado; “principal fator a comandar o PIB brasileiro na época” (CHAHAD e POZZO, 2013, p. 21).

Ainda quanto aos rendimentos por trabalhador, outro destaque apontado por Chahad e Pozzo (2013), é que esse aumento nos rendimentos reais recebidos acabou por pressionar os custos dos empresários, porque embora os salários tenham subido a produtividade não acompanhou tal crescimento. Esse indicador tem um efeito negativo sobre o PIB e sobre a competitividade das empresas e produtos brasileiros, sobretudo no exterior. A tabela abaixo mostra a produtividade dos grandes setores no Brasil. A variação total apresentada no período apresenta baixos resultados, que aparentam ter sido influenciados pelo desempenho da Agropecuária, que registro pouco mais de 4% no valor agregado no período.

Tabela 2 – Produtividade do Trabalho – grandes setores. Brasil: 2000 – 2009 (a preços de 2000 – em mil R\$)

SETOR	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Variação média anual
Agropecuária	3,3	3,6	3,7	3,9	3,7	3,7	4,0	4,4	4,8	4,7	4,3%
Indústria Total	18,4	18,4	18,1	18,2	18,4	17,7	18,2	18,3	18,0	17,4	-0,6%
Extrativa	69,0	70,8	74,9	76,9	73,2	79,4	83,9	80,5	83,5	81,1	1,8%
Transformação	18,5	18,9	18,7	18,4	18,6	17,6	17,9	18,2	18,1	17,1	-0,9%
Outras Indústrias	16,1	15,4	14,7	15,1	15,6	15,3	15,8	15,8	15,2	15,3	-0,6%
Serviços	14,8	14,7	14,5	14,4	14,5	14,7	14,5	14,9	15,4	15,5	0,5%
Total	12,9	13,0	12,9	12,9	13,0	13,0	13,1	13,6	14,1	14,0	0,9%

Fonte: Extraído de IPEA apud CHAHAD; POZZO (2013; p. 25).

Dentre as principais causas para a baixa produtividade no Brasil, registra-se: educação, tecnologia e inovação, burocracia, infraestrutura e competição externa. Costas (2014) em seu artigo à BBC, salienta que há um consenso entre os especialistas no que tange à esses seis indicadores.

No quesito educação, por exemplo, existe, segundo os analistas, um descompasso no que é ensinado nas escolas e o que de fato as empresas

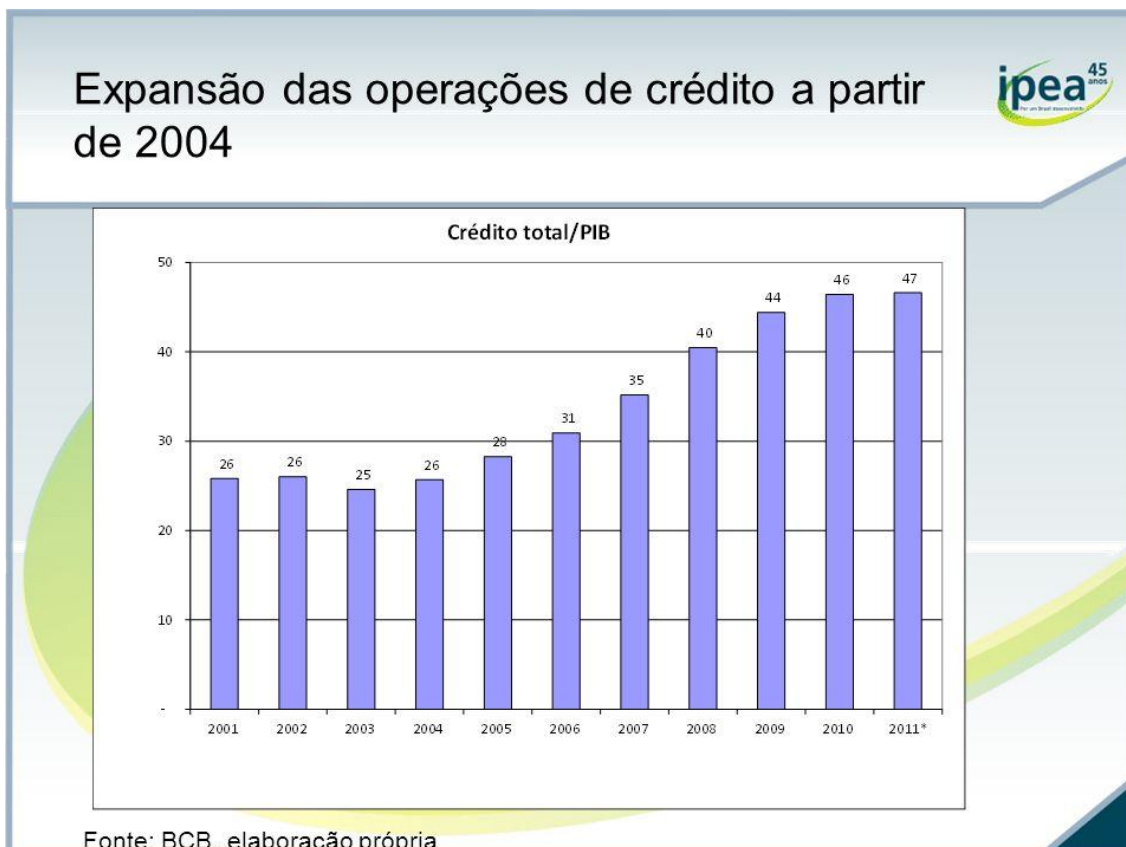
precisam para poder crescer e alavancar os negócios. Conclui-se então que o Estado brasileiro é carente de escolas técnicas para desenvolvimento de competências humanas e obviamente, técnicas. Já quanto as inovações e tecnologias, parece haver no país uma dificuldade tanto em adquirir e/ou produzir tecnologias. Em muitas situações, importar máquinas e equipamentos que permitam melhoria na produtividade do trabalho tem elevados custos, em virtude inclusive, da proteção à indústria nacional. Não obstante, os processos de inovação são carentes de investimentos e coordenação de políticas públicas com o objetivo de estímulo à essa prática.

O Brasil é conhecido também pela burocracia em seus processos. De Negri citado por Costas (2014) destaca que as empresas brasileiras precisam de muitos funcionários para processar toda a questão tributária, por exemplo. Esses trabalhadores não executam atividade fim, portanto, não somam à produção. Esse excesso de burocracia acaba por pressionar a produtividade, gerar maiores nível de informalidade à economia e consequentemente pressionar o PIB. No caso da infraestrutura, percebem-se vários fatores que acabam por comprometer a produtividade, seja pela dificuldade de transporte e logística de insumos e/ou produtos, pelo deslocamento de profissionais e também o escoamento da produção. Por fim, a competição externa é prejudicada em partes pela demasiada proteção do governo (seja pelas barreiras tarifárias, subsídios, entre outros). Moura citado por Costas (2014), reforça que empresas sem competitividade se acomodam e tendem a solicitar ao governo mais suporte do que promover mudanças que visem aumento na competição e consequentemente, na produtividade dos fatores.

Outro indicador que “motivou” o crescimento econômico brasileiro no período foi a concessão de crédito. A expansão creditícia foi influenciada pelas baixas taxas de juros observadas no período, o que acabou fortalecendo o mercado interno, onde se viu um forte crescimento na demanda das famílias.

O gráfico 3 mostra que a partir de 2004, a relação operação de crédito (setores público e privado)/PIB era de 25%. Em 2011 esta relação atingiu 47%”. (ARAÚJO, 2011, p. 02).

Gráfico 3 – Expansão das operações de crédito a partir de 2004



Fonte: Extraído de ARAÚJO (2011, p. 02).

Araújo (2011), chama a atenção para o fato de que a expansão do crédito foi induzido pelos bancos privados, até o momento de surgimento da crise. Isso ocorreu devido as políticas tomadas pelo governo brasileiro. Segundo Lacerda (2009), a partir de 2005 as operações de crédito evoluíram em face dos ajustes nas taxas de juros e da conjuntura econômica favorável. As famílias se tornaram o maior agente econômico a demandar empréstimos, tanto no que diz respeito ao crédito pessoal, estimulado pela facilidade no acesso aos empréstimos consignados na folha de pagamento com custo reduzido, quanto no que diz respeito ao crescimento do financiamento de bens duráveis Curado (2011).

A tabela 3 aponta a evolução do crédito para os diversos setores da economia no período 2003-2011. Observa-se que os banco privados forneceram mais crédito à economia até o ano de 2008, quando o quadro se inverteu, passando a ser dos banco públicos este papel.

Tabela 3 – Taxa de crescimento real do estoque de crédito por setor e por controle de capital – 2003-2011

Bancos públicos							
	Indústria	Habitação	Crédito rural	Comércio	Pessoas	Outros serviços	Total
2003	(6,73)	(2,54)	28,1	5,4	1,3	23,9	6,46
2004	(8,57)	(6,27)	5,4	12,07	12,8	9,1	2,51
2005	9,37	14,82	14,5	15,43	21,8	25,2	14,79
2006	17,62	23,73	12,2	18,95	16,8	21,6	15,86
2007	14,48	15,86	1,6	18,96	18,5	4,7	10,20
2008	30,35	24,56	10,4	21,16	25,8	36,7	27,04
2009	20,43	54,21	9,4	25,08	39,0	31,3	34,37
2010	9,19	37,95	(5,18)	10,98	8,2	2,4	9,15
2011	3,25	20,78	1,4	2,6	7,4	3,4	5,98
Média	9,28	19,08	8,3	14,30	16,4	17,0	13,63
Bancos privados							
	Indústria	Habitação	Crédito rural	Comércio	Pessoas	Outros serviços	Total
2003	4,38	(9,62)	9,8	1,1	13,3	(7,25)	3,29
2004	0,04	(15,76)	19,6	5,7	28,6	(9,94)	8,73
2005	11,10	0,5	5,8	20,68	45,5	9,1	23,90
2006	15,25	11,06	19,1	24,21	17,6	19,5	17,54
2007	25,11	10,78	14,7	21,46	28,0	35,0	25,94
2008	23,34	27,51	9,7	10,91	12,7	24,1	16,51
2009	(3,35)	29,70	8,7	11,46	19,8	1,3	9,87
2010	5,56	35,19	10,3	19,33	7,7	14,5	10,26
2011	5,46	26,21	2,1	5,2	4,0	7,3	5,44
Média	9,27	11,47	11,0	13,08	19,1	9,5	13,25
Bancos privados							
	Indústria	Habitação	Crédito rural	Comércio	Pessoas	Outros serviços	Total
2003	(24,83)	(13,53)	41,4	(9,22)	(9,13)	(25,64)	(14,14)
2004	(7,18)	(7,30)	13,3	23,20	19,8	(5,52)	7,88
2005	9,14	11,06	8,7	11,58	31,3	50,7	23,37
2006	3,83	(5,91)	9,3	6,0	27,8	8,6	14,38
2007	24,54	65,20	12,0	3,4	18,9	23,6	18,73
2008	24,13	29,78	0,5	22,38	5,2	19,7	13,41
2009	(13,62)	34,13	(2,62)	(2,00)	9,5	6,2	2,68
2010	(0,31)	21,47	(5,00)	6,2	2,7	(0,17)	2,33
2011	3,09	17,23	(4,40)	14,31	3,5	0,5	4,57
Média	0,91	14,68	7,3	7,9	11,5	6,8	7,60
Total SFN							
	Indústria	Habitação	Crédito rural	Comércio	Pessoas	Outros serviços	Total
2003	(7,28)	(5,47)	25,2	(1,44)	3,2	(2,68)	0,11
2004	(5,01)	(8,49)	10,0	12,62	22,6	(1,87)	6,06
2005	10,03	11,49	11,4	16,38	36,7	23,7	20,27
2006	14,06	18,18	13,4	17,07	20,2	17,9	16,21
2007	20,57	19,24	6,5	15,55	23,7	19,3	18,58
2008	26,26	25,66	8,5	16,39	12,8	28,0	19,42
2009	4,59	47,74	7,4	11,12	20,8	14,7	17,25
2010	6,43	35,69	(0,89)	13,78	6,6	6,0	8,34
2011	4,07	21,20	0,8	6,6	4,6	4,3	5,51
Média	7,70	17,13	8,9	11,86	16,3	11,6	12,19

Fonte: Extraído de Araújo, (2011, p. 13)

O aumento da concessão de crédito aliado a maior renda, emprego e política monetária expansionista, proporcionou às famílias de baixa renda maior poder de compra. O consumo foi, portanto, a variável de maior impacto no produto da economia. Estimativas indicam que entre 2005 e 2011 o gasto cresceu em torno de dez pontos percentuais a mais que o PIB. Enquanto o produto da economia crescia 4,2% a.a, o gasto interno crescia 5,7%. (BACHA, 2013; p. 98). Nessa linha de raciocínio, Bacha (2013; p. 115), expõe ainda

razões que explicam porque o crescimento foi “consumista”. O consumo do governo caiu de 20% para 19,2% do PIB, enquanto o consumo das famílias aumentou de 60% para 61%, entre 2005 e 2008. Porém, entre 2008 e 2011 o consumo ganha corpo e as famílias saltam de um patamar de 61% para 64,4% do PIB, enquanto o consumo do governo se mantém constante como proporção do produto interno bruto.

Outro fator de importante relevância para o aumento do consumo foram investimentos nos diversos programas sociais. O Bolsa Família, por exemplo, é um programa de transferência de renda do governo com o objetivo de erradicar a fome e a pobreza no país, que “beneficiou 12,7 milhões de famílias em 2010 e injetou na economia (dada a baixa propensão a poupar destes beneficiados) em torno de R\$13 bilhões”.(Curado, 2011, p. 94).

Outros programas sociais de cunhos diferentes (além de erradicação da fome) fizeram-se valer. O Pro Uni – programa universidade para todos – que permite a entrada de jovens de baixa renda às Universidades privadas brasileiras por meio de concessão de bolsas de estudos com diversos percentuais de financiamento, expandiu-se no país; o PAC – pacote de aceleração do governo – (de infraestrutura), com projeção de mais de R\$500 bilhões de investimentos em rodovias, ferrovias, aeroportos, enfim, logística como um todo, além de investimentos em energia e petróleo, conforme explicita Fabiani (2012). Silva (2012) complementa Fabiani no que diz respeito aos efeitos e perspectivas do PAC. Segundo a autora, o estímulo ao crédito e financiamento, a melhoria do ambiente propício ao investimento por meio do mercado de resseguros, as mudanças e aperfeiçoamentos no sistema tributário e medidas de cunho fiscal para controle de despesas, controle da previdência social e, conforme abordado neste capítulo, a valorização do salário mínimo real, foram também objetivos deste grande pacote de investimento, visando um crescimento e desenvolvimento sustentável. Mais tarde surge também o programa Minha Casa Minha Vida na tratativa do problema habitacional do país.

Em 2008 o país sofreu com a crise financeira internacional, onde o Governo tomou medidas anticíclicas, dada o desaquecimento na demanda agregada privada, principalmente no que diz respeito à investimentos privados, conforme lembra Curado (2011). Neste período, o Banco Central tratou de

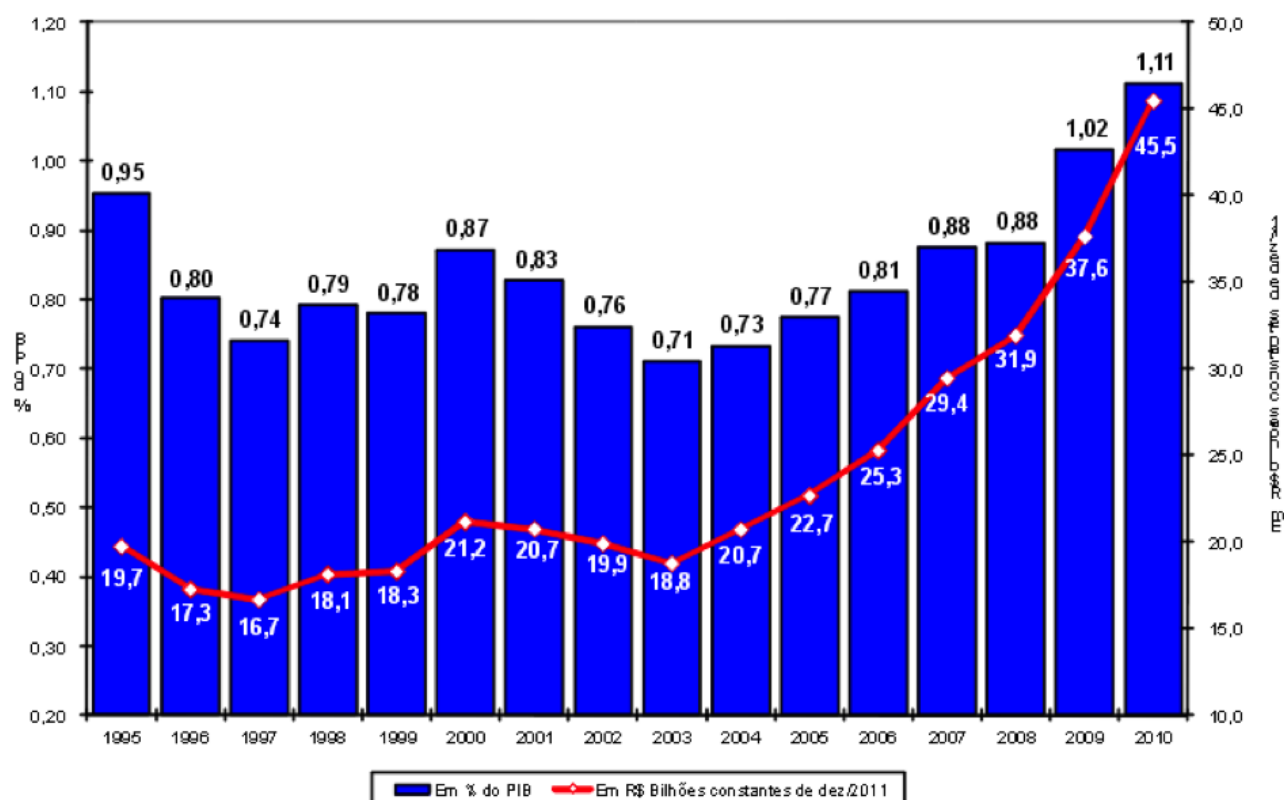
aumentar as taxas de juros, onde se verificou taxas médias de 13% ao ano, temendo o impacto do mercado interno, segundo Fabiani (2012). Neste ano também o governo precisou “lançar títulos lastreados ao dólar”, pois o mercado de câmbio começou a sofrer os efeitos da crise onde a taxa de câmbio se depreciou mais de 30%. (REZENDE, 2009, p. 39).

No ano seguinte à crise, o mercado tratou de reduzir as taxas de juros, reduzir a taxa do compulsório e tomou medidas como desoneração do IPI para veículos e linha branca (eletro domésticos) e estímulo ao crédito pelo BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Não obstante o governo aumenta seus gastos, consequentemente reduzindo superávit primário, segundo afirmou Pires citado por Fabiani (2012).

Dada a rápida recuperação da crise do país, no ano de 2009 o Brasil se tornou credor do Fundo Monetário Internacional (FMI) emprestando 10 bilhões de dólares para recomposição do Fundo ajudando consequentemente outros países que ainda sofria os efeitos da crise, segundo citou Fabiani (2012).

Um estudo elaborado pelo IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas aplicadas), mostrou que o período de 2005-2010 registrou aumento de 172% a mais que o dispêndio visto no governo de FHC, com gastos sociais, atingindo quase 16% do PIB. O aumento de gastos sociais foi responsável pela queda da pobreza no país, ampliado pelos programas de transferência de renda.

Gráfico 4 – Trajetória dos gastos federais no período 1995-2010



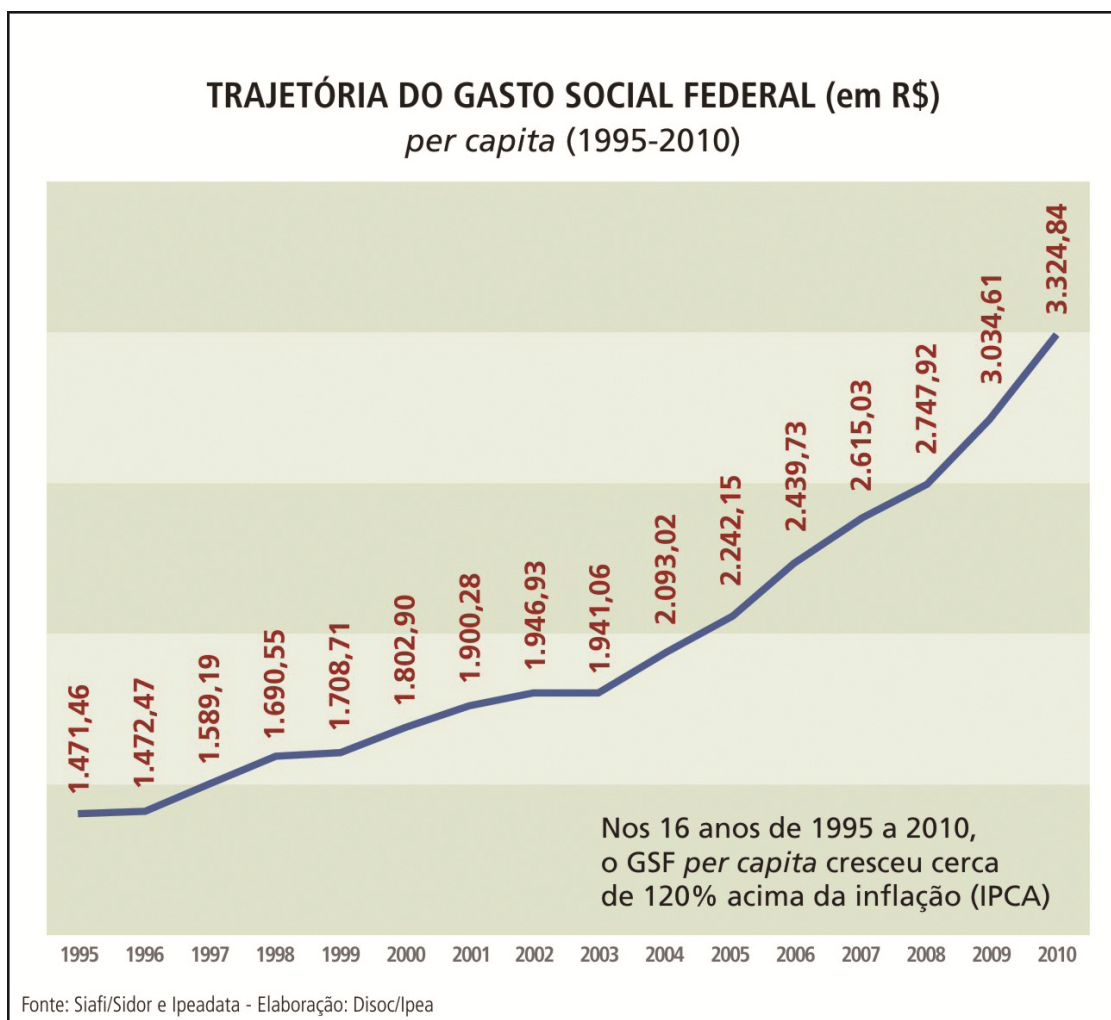
Fonte: Extraído de ARAÚJO (2011, p. 05).

Os gastos sociais marcavam, em 1995, R\$219,7 bilhões e em 2010 este valor registrou R\$541,3 bilhões, segundo CASTRO (2011, p. 05).

O gráfico 5 mostra uma curva acentuadamente inclinada, mostrando que a partir de 2003, o gasto per capita aumentou continuamente. No ano de 2009, ano da crise internacional, o nível de gastos continuou acentuado, enquanto o PIB continuou relativamente igual, conforme apontou o IPEA:

Com os impactos da crise econômica na economia brasileira, que foram mais intensos entre o último trimestre de 2008 e o primeiro semestre de 2009, a economia brasileira entrou em recessão. A recuperação foi rápida, a partir do segundo semestre de 2009, frente a outros países que enfrentaram taxas negativas de crescimento. Nesse sentido, é necessário lembrar que ao menos uma parcela do forte crescimento do GSF em relação ao PIB nesse ano – de 14,4% em 2008 para 15,8% em 2009 – pode ser atribuída a um “efeito composição”: os gastos sociais (numerador) continuaram crescendo, enquanto o PIB (denominador) permaneceu o mesmo. (CASTRO, 2011, p. 07).

Gráfico 5 – Gasto social federal per capita – 1995-2010



Fonte: Extraído de ARAÚJO (2011, p. 06).

Para o enfrentamento da crise financeira, nos anos 2008/2009, foram intensificadas as políticas econômicas expansionistas do governo. Isso significou aumento do nível de gastos e consequentemente uma maior parcela do PIB à área. O gráfico 6 retrata essa questão. O nível de gastos se deu de forma mais elevada em relação ao crescimento do PIB, não obstante, observa-se também diminuição destes gastos quando a economia enfrenta um desaquecimento, segundo CASTRO (2011).

Destaque para o ano de 2009, quando o produto interno bruto da economia cai, mas o nível de gastos sobe, explicitando um comportamento anticíclico. Isso deixa claro que essa medida agiu como meio de enfrentamento do momento ao qual se recaía sobre a economia. Ainda segundo as pesquisas do IPEA elaboradas por Castro (2011), na época de crise, as transferências,

bens e serviços sociais se tornam mais necessários, o que “constitui uma inflexão positiva o fato de que, finalmente, o GSF tenha assumido neste momento um comportamento anticíclico”. (CASTRO, 2011, p. 08).

Gráfico 6 - Taxas de Crescimento Real do Gasto Social Federal e do PIB – 1995-2010



Fonte: Extraído de ARAÚJO (2011, p. 08).

O programa assistencial bolsa família, foi também uma estratégia de reação à crise econômica. Os limites de renda foram reajustados duas vezes, sendo a primeira em Abril e a segunda em Julho, ampliando, portanto, o público beneficiário do programa de 11,1 milhões para 12,4 milhões de famílias ao longo do ano. Além disso, o valor do benefício também foi reajustado, visando recompor as perdas inflacionárias. (CASTRO, 2011, p. 09).

Ainda segundo o autor, semelhante à bolsa família, o programa Minha Casa Minha vida – política habitacional – recebeu investimentos importantes, tornando mais flexíveis os financiamentos para aquisição de imóveis.

Essas medidas agiram fortemente na dinâmica da economia, influenciando positivamente na recuperação econômica do país, preservando os níveis de consumo, geração de emprego e investimento. Mas nem todas essas medidas foram tomadas para combate à crise, algumas delas já estavam em andamento, mas Castro (2011), salienta que a decisão de não interrompê-las, acabou por colaborar na recuperação brasileira.

4.2 Sustentabilidades das Políticas Econômicas e Desequilíbrios no Longo Prazo

O que se observou alguns anos depois, principalmente em 2013, foi um desequilíbrio em indicadores distintos, da balança comercial às contas públicas, da produção industrial à inflação e o crescimento econômico, segundo a Agência e Estado (2013). Segundo o estudo de Haddad (2009), para se alavancar o crescimento econômico continuado, caberia ao governo um papel mais “básico” e fundamental, provendo bens públicos essenciais (segurança, justiça, educação, etc.) e manter a estabilização da atividade macroeconômica, criando, portanto, incentivos à poupança e ao investimento, reformas tributárias que não acabasse por reprimir a iniciativa privada e cuidar para que os gastos públicos se dessem de forma mais eficiente. Logo, caberia ao Estado atuar na correção das falhas de mercado, garantindo ao sistema econômico competitividade e transparência e assegurando também que fossem executados os investimentos necessários.

Ainda segundo o autor, para que fosse possível o alcance destes resultados no Brasil, as despesas correntes precisariam diminuir para que fosse possível a tendência de expansão dos bens públicos especialmente em infraestrutura, educação entre outros índices que retratam melhora na produtividade dos fatores de produção bem como na política tributária do país.

Haddad (2009), ainda afirma que outro benefício adicional seria gerado com a adoção de tais medidas: tendência de queda nas taxas de juros acompanhada de provável desvalorização cambial e sem pressões inflacionárias. Tudo isso marcaria a qualidade do quadro político/econômico.

Mas essas são medidas contrárias ao que aconteceram no Brasil. Os gastos público aumentaram continuamente, inclusive à taxas maiores que o PIB. Haddad (2009) também aponta que a carga tributária brasileira é maior que outros países com renda per capita semelhante.

O crescimento dos índices de inadimplência, taxas de investimento modestas, câmbio sobrevalorizado e a piora do cenário externo levantam dúvidas sobre a sustentabilidade do modelo de crescimento através do consumo. (BENEMONDI, 2012). Segundo Messenberg (2013), este modelo pressupõe uma estreita relação entre aumento da demanda e aumento do

investimento. No entanto, o que se viu, não parece corroborar com essa hipótese.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014), o crescimento econômico do Brasil em 2012 registrou 0,9%, em 2013 2,3%. Neste mesmo ano a inflação fechou em 5,91%, embora ainda dentro da meta, o maior índice desde 2002. Acredita-se, segundo o jornal Agência e Estado (2013), que o problema principal seria a combinação de aquecimento do consumo, forte alta dos salários e dos custos das indústrias e perda de competitividade da economia. Estimou-se muito o lado da demanda (consumo) e não deram o mesmo “peso” à oferta (produtividade).

Machado Júnior, presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais, fornece sua posição sobre este assunto:

A inflação de serviços é resultado do crescimento sustentado da renda das famílias brasileiras, que é muito bom, desde que seja acompanhado pelo crescimento da oferta de bens e serviços, o que não tem acontecido. Portanto, se apenas a renda crescer, a tendência é que os preços se elevem como tem acontecido. (MACHADO, 2014).

Ainda segundo Machado Júnior (2014), é necessário o aquecimento do setor produtivo brasileiro e para isso é necessário investimento em infraestrutura e educação. Produção com competitividade tende a amenizar a pressão inflacionária. Caso isso não aconteça, o PIB continuará evoluindo a “passos lentos”, e a inflação persistirá.

6 CONCLUSÃO

Esta monografia buscou compreender as transformações ocorridas no Brasil, no período entre 2005/2013, através da análise das políticas econômicas implantadas pelo Governo Federal. Foram identificadas a utilização de medidas de natureza Keynesiana, com ênfase na elevação do gasto público e no estímulo à expansão do crédito, que resultaram em aumentos da renda e do consumo.

A teoria keynesiana aponta que o aumento dos gastos públicos, é portanto, uma das maneiras de se estimular a economia e consequentemente o crescimento dela, ou seja, a ideia é se usar políticas fiscal e monetária de cunho expansionista, injetando recursos na economia. Entretanto, para que esse crescimento desencadeie um desenvolvimento econômico, isto é, sustentabilidade no crescimento da economia nacional, destaca-se a necessidade de aumento de gastos com investimentos.

O consumo trás consigo impactos importantes e positivos, mas que envolvem manutenção dos serviços à sociedade em desenvolvimento como a brasileira, não devendo ser deixado de lado o efeito do investimento público sobre a demanda dos agentes e também do investimento privado, pois eles refletem um crescimento econômico mais conciso e sustentável. A política fiscal expansionista desenvolve importante papel no regime macroeconômico, afetando a estabilidade de preços e desenvolvimento social e ao mesmo tempo deve contribuir para mudanças estruturais no país, conforme apontam Jorge e Martin (2013).

Ainda segundo os autores, observou-se com as políticas expansionistas usadas pelo governo brasileiro no período de 2005 a 2013, certa compatibilização positiva dos gastos sobre o produto e a arrecadação. Entretanto, a estratégia utilizada de desenvolvimento econômico limitou o crescimento sustentado em investimentos públicos, com espaço às mudanças estruturais.

Ou seja, no caso do Brasil, estimulou-se o consumo, porém, o nível de investimentos não o acompanhou. Sem investimentos em infraestrutura, mão de obra e produtividade, a produção fica comprometida, o nível de desemprego

tenderá a subir e o desenvolvimento econômico fica atado, aponta Batista (2014)

Ficam agora alguns desafios para o Estado brasileiro retomar o crescimento de forma sustentável. Esses desafios passam desde a retomada da confiança dos agentes econômicos, até ajustes fiscais necessários para estabilizar a economia do país.

Ademais, foram vistas mudanças em diversos setores da economia brasileira que tiveram seu peso na história do Brasil: redução da desigualdade social, aumento do nível de renda, aumento do nível de emprego, melhora na cesta de bens demanda pela sociedade e consequentemente, aumento de bem estar social.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA e ESTADO. Economia brasileira dá sinais de desequilíbrio. *A Gazeta do Povo*, Londrina, 05 Mai 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1369551>> Acesso em 14 Ago 2014.

AMARAL, João José Ferreira. Como fazer uma pesquisa bibliográfica. Fortaleza, jan. 2007.

AMORIM, Ricardo. **Perspectivas para a economia brasileira após as eleições**. 2014. Disponível em: < <http://ricamconsultoria.com.br/news/>> Acesso em 07 Out 2014.

ARAÚJO, Victor Leonardo. **Preferência pela liquidez dos Banco Públicos no ciclo de expansão do crédito no Brasil: 2003-2011**. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portall/images/stories/PDFs/TDs/td_1717.pdf> Acesso em 05 Jun 2015.

BACHA, Edmar. Bonança externa e desindustrialização: Uma análise do período 2005-2011. In: BACHA Edmar; BOLLE, Monica Baumgarten. **O futuro da indústria no Brasil**. Rio de Janeiro, 2013 p. 97-120.

BACIC, Frederico Matias. **A importância da teoria da Preferência pela Liquidez para a manipulação da Política Monetária em situações de incerteza**. 2012. Disponível em: <<http://economidiando.blogspot.com.br/2012/05/importancia-da-teoria-da-preferencia.html>> Acesso em: 16 Nov. 2014

BARBOSA, Luis Guilherme Camfield. **O governo Lula e a política econômica brasileira: continuidade ou ruptura?** 2012. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/revistatodavia/Ed.%204%20-%20Artigo%203.pdf>> Acesso em 13 Out. 2014.

BAPTISTA, Antonio. **Estratégias de desenvolvimento econômico**. 2011. Disponível em: < <http://pensaeeconomia.blogspot.com.br/2011/07/estrategias-de-desenvolvimento.html>> Acesso em: 22 Mar 2015.

BATISTA, Henrique Gomes. **Entenda porque o crescimento do Brasil não deslancha**. 30 Maio 2014. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/economia/entenda-por-que-crescimento-do-brasil-nao-deslancha-12658998>> Acesso em 13 Out. 2014

BENEMOND, Rogério Lessa. **A expansão do consumo está esgotada?**, Rio de Janeiro, ano 9 edição 73, agosto de 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2805:catid=28&Itemid=23> Acesso em 24 ago 2014.

BEZERRA, George. **Câmbio, balanço de pagamentos e as perspectivas da Economia brasileira**. 2010. Disponível em: < http://www.maximaasset.com.br/arquivos/relatorios/201009_carta.pdf> Acesso em 24 Maio 2015.

BIELSCHOWAKY, Ricardo. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Economia e Sociedade**. Campinas, 2012, p. 729-747.

BRASIL, Banco Central. 2015. Disponível em: <
<http://www.bcb.gov.br/?MERCAMFAQ>> Acesso em: 08 Jun 2015

CASTELAR, Armando. Sociedade e Economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. **O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento?** Brasília, 2009 p. 09-19.

CASTOLDI, Agenor. **Os principais determinantes do Produto**. 2014. Disponível em: <http://www2.unijui.edu.br/~castoldi/nutri/Texto_5.pdf> Acesso em 24 Maio 2014.

CASTRO, Jorge Abrahão de Colaborador, et al. **"15 anos de Gasto Social Federal: notas sobre o período de 1995 a 2009."** 2011.

CENTRO DE POLÍTICAS SOCIAIS FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. 2014. Disponível em: < <http://cps.fgv.br/>> Acesso em 19 Maio 2014.

CHAHAD, José Paulo Zeetano; POZZO, Rafaella Gutierre. **Mercado de Trabalho no Brasil na Primeira Década do Século XXI: Evolução, Mudanças e Perspectivas – Desemprego, Salários e Produtividade do Trabalho**. 2013. Disponível em: <
http://www.fipe.org.br/publicacoes/downloads/bif/2013/6_11-29-chah-poz.pdf>
Acesso em 01 Maio 2015.

CLETO, Carlos Ilton; DEZORDI, Lucas. **Políticas Econômicas**. 2015. Disponível em: < <http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/economia/2.pdf>> Acesso em 01 Maio 2015.

CONSIDERA, Claudio Monteiro. **Macroeconomia I**. 2015. Disponível em: <
<http://www.professores.uff.br/claudioconsidera/guia/Guia%20para%20os%20alunos%20Blanchard%20MII.pdf>> Acesso em 13 Abr 2015

COSTAS, Ruth. **Entenda por que a produtividade no Brasil não cresce**. *BBC Brasil*. São Paulo, 27 Maio 2014. Disponível em:
http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/05/140519_produtividade_porque_ru > Acesso em 03 Maio 2015.

CURADO, Marcelo. **Uma avaliação da economia brasileira no governo Lula**. 2011. Disponível em:
<<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/ret/article/viewFile/26881/17837>> Acesso em: 01 Abril 2014.

DATHEIN, Ricardo. **Um Esboço da Teoria Keynesiana**. 2000. Disponível em: <
<http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/ricardo/teoriakeynesiana.pdf>> Acesso em 27 Maio 2015

DEROLLE, Patricia Galves. **Macroeconomia: PIB e Poupança Pública e Privada**. 2013. Disponível em: <<http://e->

internacionalista.com.br/2013/07/10/macroeconomia-pib-e-poupanca-publica-e-privada/ > Acesso em 17 Maio 2015

DICIONÁRIO INFORMAL. 2014. Disponível em:
<<http://www.dicionarioinformal.com.br/>> Acesso em 16 Out. 2014

ESTADÃO. **Veja os principais programas sociais do governo lula.** 25 Fev 2008. Disponível em: < <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,veja-os-principais-programas-sociais-do-governo-lula,130446>> Acesso em 08 Maio 2015

FABIANI, Kleberson. **Análise da Macroeconomia Brasileira e do aumento do consumo no governo Lula.** 2012. Disponível em:
<<http://www.esab.edu.br/arquivos/monografias/kleberson-fabiani.pdf>> Acesso em: 23 Maio 2014.

FOCHEZATTO, A. (2000). Curso de Macroeconomia. *Texto Didático. Porto Alegre*, 3 GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4ª ed. Atlas. São Paulo. Disponível em:
<<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAPGUAF/macroeconomia>> Acesso em: 16 Nov. 2014

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimento econômico e distribuição de renda.** 2015. Disponível em: <
http://www8.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/distr-renda11_final.pdf> Acesso em: 22 Mar 2015.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. 2014. Acesso disponível em: <
<http://portal.fgv.br/>> Acesso em: 13 Out. 2014.

GOBETTI. Radiografia das finanças públicas: menos ideologia e mais atenção aos dados. In: GOBETTI, Sérgio; AMORIM, Ricardo. **Economistas.** 2015, p. 27-30.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa tipos fundamentais.** 1995. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>> Acesso em: 25 Set. 2014.

GOLDFAJ, Ilan. O enigma do desemprego baixo no Brasil. *O Estadão.* 2014. Disponível em: < <http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,o-enigma-do-desemprego-baixo-no-brasil-imp-,832408>> Acesso em 13 Nov. 2014.

HADDAD, Claudio L. S. Sociedade e Economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. **Concentrar no Fundamental.** Brasília, 2009 p. 143-152.

HERSCOVICI, Alain. **Keynes e o conceito de capital: reflexões epistemológicas a respeito das premissas sraffianas da teoria geral.** 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572013000300007&script=sci_arttext> Acesso em 13 Abr 2015

HORN, Carlos Henrique. **Contabilidade Social**. 2015. Disponível em: < http://www.ufrgs.br/decon/VIRTUAIS/eco02215ab/Tr%C3%AAs_%C3%B3ticas_de_c%C3%A1lculo_do_produto.pdf> Acesso em 12 Abr 2015

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2014. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 13 Out. 2014.

JORGE, Caroline Teixeira, and MARTIN, Norberto Montani "**Política fiscal e a desaceleração da economia brasileira no governo Dilma (2010-2012).**" 2013.

JUNDENSNAIDER, Ivy. **Recursos Limitados versus Necessidades Ilimitadas**. 2015. Disponível em: < http://www.novosolhos.com.br/download.php?extensao=pdf&original=Nota%20de%20Aula%2001%20-%20O%20problema%20econ%C3%B4mico.pdf&servidor=arq_material/2343_2511.pdf> Acesso em: 13 Maio 2015.

LACERDA, Elaine da Silva. **A evolução do crédito no Brasil, 2002-2009**. 2009. Disponível em: < <http://www.ccje.ufes.br/economia/MONOGRAFIAS/2009-1/ELAINE%20DA%20SILVA%20LACERDA/Elaine%20da%20Silva%20Lacerda%20-%20mono.pdf>> Acesso em 01 Maio 2015

LONGUINHOS, Marco Antônio Araújo; SILVA, Euber Oliveira. **A Política monetária brasileira nos anos de governo de FHC e Lula entre 1995 e 2010**. 2013. Disponível em: < http://www.uesb.br/eventos/semana_economia/2013/anais-2013/c01.pdf> Acesso em 16 Out. 2014

MACHADO JÚNIOR, Olavo. **Fiemg alerta para enfraquecimento da economia com alta de juros**. Minas Gerais: 2014. Disponível em: <<http://www7.fiemg.com.br/noticias/detalhe/Fiemg-alerta-para-enfraquecimento-da-economia-com-alta-de-juros>>. Acesso em 15 Ago 2014.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 7ª edição. Rio de Janeiro: LTC (2010).

MANSUETO Jr., Almeida. **Investimento Público do governo federal 1999-2013**. 20 Mar. 2014. Disponível em: <<http://mansueto.wordpress.com/2014/03/20/investimento-público-do-governo-federal-1999-2013/>> Acesso em 13 Out. 2014.

MARTINI, Ricardo Agostini. **A teoria do crescimento do investimento de John Maynard Keynes**. 2006. Disponível em: < <http://essametamorfose.blogspot.com.br/2006/05/teoria-do-investimento-de-john-maynard.html>> Acesso em 13 Out. 2014.

MENDES, Marcos. **Porque é importante investir em infraestrutura?** 2011. Disponível em: < <http://www.brasil-economia-governo.org.br/2011/02/09/porque-e-importante-investir-em-infraestrutura/>> Acesso em 29 Abr 2015.

MENDONÇA, Estela. **Consumo das famílias brasileiras impulsiona economia**. 2011. Disponível em: <
<http://www.freedom.inf.br/revista/hc73/balanco.asp?>> Acesso em 13 Out. 2014.

MESSEMBERG, Roberto Pires. **Modelo de crescimento baseado no consumo: esgotamento de uma inexistência?** 2013. Disponível em: <
<http://www.univesp.ensinosuperior.sp.gov.br/preunivesp/5110/modelo-de-crescimento-baseado-no-consumo-esgotamento-de-uma-inexist-ncia-.html> >
 Acesso em 24 Ago 2014.

MEURER, Roberto; SAMOBYL, Robert Wayne. **Conjuntura Econômica: entendendo a economia no dia a dia**. Campo Grande: Editora Oeste, 2001.

MILANI, Gilberto. **Elementos de Macroeconomia**. 2011. Disponível em:
 <<http://pt.scribd.com/doc/132480439/Agente-Federal-Administracao-Gilberto-Milani-Apostila-Noco-es-Macroeconomia>> Acesso em: 30 Mar 2014.

MONTEIRO, Mauro Sobrinho; OLIMPIO, Joaquim; MONOLES, Friedhilde Maria Kustner. **O déficit público**. 2006. Disponível em: <
http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2006/inic/inic/06/INIC000012ok.pdf>
 Acesso em: 25 Set 2014.

MUNHOZ, Aurélio. **O que significa ser primeiro mundo?** 2012. Disponível em: <
<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-que-significa-ser-primeiro-mundo>> Acesso em: 10 Abr 2015.

NAVARRO. **Keynes e a intervenção do Estado na economia**. 2011. Disponível em: <
<http://blogdonavarro2010.blogspot.com.br/2011/05/keynes-e-intervencao-do-estado-na.html>> Acesso em: 31 Ago 2014.

NOGUEIRA, Luís Artur. Os pontos altos e baixos da economia brasileira em 2010 na visão do Santander. **Exame**. 24 Dez. 2010. Disponível em: <
<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/os-pontos-altos-e-baixos-da-economia-brasileira-em-2010-na-visao-do-santander>> Acesso em 13 Out. 2014

NUNES, Paulo. **Economia**. 2007. Disponível em:
 <<http://www.knoow.net/cienceconemprr/economia/curvadaoferta.htm>>Acesso em 25 Set 2014.

OLIVEIRA, Ribamar. **Transferência de renda é a principal marca da gestão Lula**. Brasília, 27 Dez. 2010.

PALOMBO, Paulo Eduardo Moledo. **Fatores Determinantes da Trajetória do Consumo no Brasil Pós Plano Real**. 2011. Disponível em:
 <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/14semead/resultado/trabalhosPDF/25.pdf>>
 Acesso em: 30 Mar 2014.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Crescimento e desenvolvimento econômico**. 2007. Disponível em:
 <<http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvim-ento.Junho19.2008.pdf>> Acesso em 10 Abr 2015.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A função investimento e a eficiência marginal do capital**. 1973. Disponível em:

<http://www.bresserpereira.org.br/works/casos/73.Fun%C3%A7%C3%A3oInvestimento_EficienciaMarginalDoCapital.pdf> Acesso em 27 Maio 2015.

PINHEIRO, Jardilene. **Demanda Agregada. 2008.** Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/jardilene/demandagregada-presentation>> Acesso em 10 Mar 2015.

POCHMANN, Márcio. Sociedade e Economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. **Prefácio.** Brasília, 2009 p. 07-08.

PRATES, Daniela M.; CUNHA, André M.; LÉLIS, Marcos T. C. **A gestão do regime de câmbio flutuante no Brasil.** 2008. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211144430-.pdf>> Acesso em 22 Maio 2015.

QUINTAES Viviane Cirillo Carvalho, et al. **Análise do Bem-estar a partir de um indicador de consumo agregado com base nas informações da POF 2002-2003.** 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_220.pdf> Acesso em: 17 Nov. 2014

REZENDE, Ricardo Pazzotti. **Uma análise das políticas macroeconômicas do governo FHC, governo Lula.** 2009. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia291727>> Acesso em: 14 Ago 2014.

REVISTA VEJA. **Taxa de Desemprego em 2010 é a menor em oito anos.** 27 Jan 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/taxa-de-desemprego-em-2010-e-a-menor-em-oito-anos>> Acesso em 13 Out. 2014.

RIANI, Flávio. **Economia do Setor Público.** Belo Horizonte, 2010.

RIBEIRO, Roberto Name; SANTOS, Francisco Carlos B. **Economia Micro e Macro.** 2015. Disponível em: <professor.ucg.br/.../1165/material/SLIDES%20MACROECONOMIA.ppt> Acesso em 10 Abr 2015

SALVADOR, Camila et al. Propensão marginal a consumir. 2012. Disponível em: <<http://webeconomiasc.blogspot.com.br/2012/10/propensao-marginal-consumir-john.html>> Acesso em: 20 Maio 2014.

SANTOS, Rômulo. **O plano cruzado: a síntese de um fracasso.** 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35027/000782945.pdf?sequence=1>> Acesso em 02 Maio 2015.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS. **45 Curiosidades sobre a nova classe média.** 2014. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/novaclassemedia/?page_id=58> Acesso em 15 Out. 2014

SICSÚ, João. In: Economia e Sociedade. **Definições, primeiros resultados e perspectivas da política econômica do governo Lula**. Campinas, 2003, p. 311-327.

SICSÚ, João. In: A construção de uma estratégia de desenvolvimento. SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. **Sociedade e economia: Estratégias de crescimento e desenvolvimento**. Brasília, 2009 p. 19-27.

SILVA, Maria Cristina Baggio. **A Política Macroeconômica do Governo Lula e o Impacto da Crise de 2008 na Economia Brasileira**. 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92604/Monografia%20da%20Maria%20Cristina%20Baggio%20da%20Silva.pdf?sequence=1>> Acesso em 24 Maio 2015.

SILVA, Paulo Daniel. **Macroeconomia Keynesiana e a política econômica brasileira durante o governo Lula**. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/index.php/seminariocsa/article/viewFile/1524/1449>> Acesso em 24 Maio 2015.

SPINOLA, Danilo Sartorello; SILVA, Antonio Carlos Macedo. **A teoria do Consumo: Microfundamentos e determinantes**. 2014. Disponível em: <<http://www.prp.rei.unicamp.br/pibic/congressos/xixcongresso/paineis/060048.pdf>> Acesso em: 16 Nov. 2014

SPRINGER, Paulo; MENEGUIN, Fernando. **Incentivar o consumo ou a poupança para estimular o crescimento econômico?** 2011. Disponível em: <<http://www.brasil-economia-governo.org.br/2011/12/02/incentivar-o-consumo-ou-a-poupanca-para-estimular-o-crescimento-economico/>> Acesso em: 22 Set 2014.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO Eduardo Costa. **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico**. 2012. Disponível em: <www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/.../IE_Teixeira_Pinto_2012_TD006.pdf> Acesso em 31 Mar 2014.

TERRA, Fábio Henrique Bittes; FERRARI FILHO, Fernando. As Políticas Econômicas Em Keynes: Reflexões Para A Economia Brasileira No Período 1995-2011. In: **Anais do XL Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 40th Brazilian Economics Meeting]**. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pósgraduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics], 2012.

UNIVERSIDADE DA AMAZONIA. Macroeconomia: aula 8 **Determinação da renda**. 2014. Disponível em: <<http://arquivos.unama.br/professores/iuvb/contabilidade/MECO/aula08.pdf>> Acesso em: 16 Nov. 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE BRASILIA. Introdução à Economia: **lista 3A**. 2010. Disponível em: <<https://introducaoaeconomia.files.wordpress.com/2010/03/gabarito-lista-3a.pdf>>

UNIVERSIDADE PAULISTA. **O sistema econômico**. 2006. Disponível em: <
http://unipvirtual.com.br/material/MATERIAL_ANTIGO/economia_mercado/modulo2/mod_2.html> Acesso em 13 Abr 2015.